



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

YSAAC LOHAN CARVALHO DE JESUS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA X ENDIVIDAMENTO:
UMA ANÁLISE COM OS SERVIDORES PÚBLICOS DO CENTRO DE
EXCELÊNCIA DR. MILTON DORTAS**

SÃO CRISTOVÃO – SE

2022

YSAAC LOHAN CARVALHO DE JESUS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA:
UMA ANÁLISE COM OS SERVIDORES PÚBLICOS DO CENTRO DE
EXCELÊNCIA DR. MILTON DORTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, regulamentadas pela Resolução nº 069/2012/CONEPE.

Prof. Me. Huang Chien En.

SÃO CRISTOVÃO - SE

2022

A Deus, por sempre me proteger e sempre estar comigo.

Aos meus pais, Marivan Carvalho e José Roberto, por estarem sempre ao meu lado, apoiando, incentivando e batalhando junto comigo.

A EJAUFS consultoria e todos os membros que fizeram parte direta ou indiretamente do processo de formação da minha identidade como Administrador

Ao meu irmão Juan Carlos, pelo companheirismo e os conselhos de sempre

Ao meu Orientador Huang Chien En, pelo apoio e ajuda no desenvolvimento desse trabalho

A minha namorada, Leuzina Oliveira, que sempre me apoiou e me incentivou nessa caminhada

A todos os amigos, colegas e familiares que contribuíram de alguma forma e torcem pelo meu sucesso

RESUMO

O Brasil, nos últimos anos, conquistou grandes avanços em relação à formação de uma população mais financeiramente consciente. É possível observar esses avanços por meio de estratégias implementadas, tais como a criação da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), que cria formas de melhorar o nível de educação financeira do país e as práticas do MEC, em relação à imposição do ensino de educação financeira nas escolas, fazendo com que as instituições atendam às [novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular](#) (BNCC) (FEBRABAN, 2019). Embora tenha dado grandes passos, esse processo é lento e ainda necessita de investimentos e da implementação de diversas estratégias para que os níveis adequados de educação financeira sejam alcançados. Segundo Lucci *et al* (2006) a importância da educação financeira na vida das pessoas é traduzida na maior organização dos seus recursos financeiros, evitando níveis de inadimplência altos por parte da população, bem como problemas com bem-estar pessoal e bem-estar na sociedade. Dessa maneira, o presente trabalho foi idealizado com o intuito de entender quais são os impactos da educação financeira no nível de endividamento das pessoas. Para tal, foi realizada uma aplicação de questionário e, por conseguinte, uma análise das respostas de 48 servidores de nível superior do Centro de Excelência Doutor Milton DORTAS, localizado na cidade de Simão Dias/SE. Utilizando parâmetros de correlação de Spearman, foi possível observar a força da influência da educação financeira sobre o nível de endividamento. Sendo assim, a pesquisa concluiu que os indivíduos com maior nível de educação financeira e com atitudes mais positivas perante os recursos financeiros são aqueles com os menores níveis de endividamento. Dessa maneira, foi possível comprovar a relação direta entre as variáveis educação financeira e nível de endividamento.

Palavras Chave: Educação Financeira; Níveis de Endividamento; Finanças.

ABSTRACT

Brazil, in recent years, has made great strides in terms of creating a more financially conscious population. It is possible to observe these advances through implemented strategies, such as the creation of the NSFE (National Strategy for Financial Education), which creates ways to improve the country's level of financial education and the practices of the MEC, in relation to the imposition of teaching financial education in schools, making institutions meet the new guidelines of the National Common Curricular Base (NCCB) (FEBRABAN, 2019). Although it has taken great strides, this process is slow and still requires investments and the implementation of different strategies so that adequate levels of financial education are reached. According to Lucci et al (2006), the importance of financial education in people's lives is reflected in the greater organization of their financial resources, avoiding high levels of default on the part of the population, as well as problems with personal well-being and well-being in society. In this way, the present work was conceived in order to understand what are the impacts of financial education on people's level of indebtedness. For this, a questionnaire was applied and, therefore, an analysis of the responses of 48 higher-level servers of the Doctor Milton Dortas Center of Excellence, located in the city of Simão Dias/SE. Using Spearman's correlation parameters, it was possible to observe the strength of the influence of financial education on the level of indebtedness. Thus, the research concluded that individuals with a higher level of financial education and with more positive attitudes towards financial resources are those with the lowest levels of indebtedness. In this way, it was possible to prove the direct relationship between the variables financial education and level of indebtedness.

Keywords: Financial education; Indebtedness Levels; Finance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB - Banco Central do Brasil

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

GAP - Grupo de Apoio Pedagógico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

MEC - Ministério da Educação

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Eixos e elementos de análise.....27

Quadro 02 - Variáveis do conhecimento - % de indicação em Verdadeiro ou Falso.....32

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - Indicadores de endividamento.....	28
Tabela 02 - Indicadores de endividamento e % de entrevistados em cada categoria.....	45
Tabela 03 - Variáveis - Quantidade de acertos nas questões, Atitudes e o nível de endividamento e endividamento.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Grau de acerto – Variáveis de conhecimento.....	20
Figura 02 - Realização de orçamento doméstico ou familiar.....	21
Figura 03 - Percentual de pessoas que pouparam parte da sua renda.....	22
Figura 04 - Formas de escolha do produto financeiro utilizado.....	23
Figura 05 - Comprometimento da renda com dívidas mensais.....	24
Figura 06 - Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre finanças?	31
Figura 07 - Imagine um capital de R\$ 500 aplicado ao longo de 3 meses, a uma taxa de 3% ao mês, a juros compostos. Ao final de três meses, o capital inicial representará um valor de?.....	33
Figura 08 - Suponhamos que você coloque R\$ 1.000 em uma poupança que rende 5% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final de dois anos, levando em consideração um rendimento composto dos juros?	34
Figura 09 - E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período e considerando que a taxa permaneceu constante ao longo desses anos?	35
Figura 10 - No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2021 em qual patamar?	36
Figura 11 - Responsável pelas finanças da casa.....	37
Figura 12 - Atitude.....	38
Figura 13 - Poupança dos rendimentos nos últimos 12 meses.....	40
Figura 14 - Quanto do seu rendimento você poupa?	41
Figura 15 - Percentual de renda empregado em dívidas?	42
Figura 16 - Por quanto tempo você está comprometido com dívidas?	44
Figura 17: Matrix de Correlação.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. JUSTIFICATIVA.....	12
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
<i>1.3.1. Objetivo geral.....</i>	<i>14</i>
<i>1.3.2. Objetivos específicos.....</i>	<i>14</i>
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	16
2.2. NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS.....	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	25
3.2. QUESTÕES DA PESQUISA.....	25
3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	25
3.4. COLETA DE DADOS.....	26
3.5. TRATAMENTO DE DADOS.....	27
3.6. DEFINIÇÃO DOS EIXOS E ELEMENTOS DE ANÁLISE.....	27
3.7. METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO.....	28
3.8. CORRELAÇÃO DE SPEARMAN.....	29
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
4.1. EIXO I – TESTE DE CONHECIMENTO FINANCEIRO.....	30
<i>4.1.1. Auto avaliação do nível de conhecimento sobre finanças.....</i>	<i>30</i>
<i>4.1.2. Teste de nível de conhecimento, questões teóricas.....</i>	<i>31</i>
<i>4.1.3. Teste de nível de conhecimento, questões matemáticas.....</i>	<i>32</i>
<i>4.1.4. Taxa acumulada de inflação.....</i>	<i>35</i>
4.2. EIXO II – TOMADA DE DECISÃO FINANCEIRA.....	36
<i>4.2.1. Atitude dos respondentes frente a questões financeiras.....</i>	<i>37</i>
<i>4.2.2. Hábitos de poupar.....</i>	<i>39</i>
4.3. EIXO III – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO.....	42
5. CONCLUSÕES.....	49

REFERÊNCIAS.....	51
ANEXO I.....	55

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira é um conceito que pode, entre outras maneiras, ser explicitado como “um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 3). Desse modo, ao passo que os indivíduos vão aprimorando seus conhecimentos sobre tal assunto, eles tornam-se mais presentes no âmbito financeiro, tendo maior organização e planejamento, além de estarem mais integrados à sociedade, ampliando o seu bem-estar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Lucci *et al* (2006), a importância da educação financeira pode ser evidenciada através de duas visões. A primeira está relacionada ao bem-estar pessoal, na qual os indivíduos podem tomar decisões que irão impactar seu futuro, e as consequências vão desde desorganização nas contas mais básicas até inclusão do nome em sistemas como SPC/SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que podem prejudicar o consumo e até a carreira profissional. A segunda se relaciona com problemas de bem-estar da sociedade, que pode culminar em um sobrecarregamento dos sistemas públicos ou ocasionando políticas públicas de correção, como por exemplo: o aumento ou existência de impostos que visam, por meio de programas compensatórios, equiponderar orçamentos deficientes de indivíduos - que muitas das vezes não são pobres - ; ou o aumento da taxa básica de juros com o intuito de conter o consumo e a taxa de inflação, além da dependência total de sistemas como SUS ou INSS.

De acordo com Braunstein e Welch (2002 *apud* LUCCHI *et al*, 2006), as pessoas que apresentam uma ineficiência administrativa dos recursos financeiros se tornam consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Campbell (2006) argumenta que indivíduos que possuem maior compreensão das áreas financeiras tendem a cometer menos erros e têm maior propensão a se expor a investimentos com maior potencial de lucratividade. Assim sendo, os autores supracitados seguem uma linha de raciocínio pautada na ideia de que o desprovimento de educação financeira está relacionado com as más tomadas de decisão associadas aos recursos financeiros.

Sendo assim, a educação financeira pode ser evidenciada por três conceitos que estão envolvidos nas decisões de poupança e investimento tomadas pelos consumidores. São eles: conhecimento de matemática básica e capacidade de calcular taxa de juros simples e

compostos; entendimento de inflação e entendimento de diversificação de risco (LUSARD; MITCHELL, 2014 *apud* BCB, 2017). Assim sendo, o tema educação financeira abordado nesse trabalho terá como foco os conceitos supracitados.

Dessa maneira, com os argumentos e conceitos supramencionados, esse trabalho tem como objetivo debater sobre os impactos da educação financeira nos níveis de endividamento das pessoas.

1.1. JUSTIFICATIVA

Kiyosaki e Lechter (2000), argumentam que é imprescindível a difusão de conceitos financeiros desde os primeiros anos de alfabetização, visto que esses conhecimentos irão acompanhar qualquer indivíduo durante toda a sua vida, além de ser um dos fatores mais importantes para quem pretende usufruir de uma vida financeira equilibrada e tranquila.

Segundo Meneghetti *et al* (2017), crianças muito consumistas devem ter a atenção dos seus pais. Em um estudo realizado no Estados Unidos, com crianças de quatro anos de idade, foi oferecido um *marshmallow* para ser consumido no mesmo momento, porém, se a criança conseguisse esperar por um determinado momento, ela receberia outro, ficando, assim, com dois *marshmallows*. Ao passar de 20 minutos, algumas crianças não se contiveram e acabaram comendo o doce, enquanto que as outras se mantiveram esperando e receberam um segundo *marshmallow*. Cerca de quatorze anos mais tarde, uma pesquisa foi aplicada com o mesmo grupo de crianças (agora já adolescentes) e notou-se que as crianças que não comeram o doce foram mais positivas e persistentes, ao passo que as crianças que não se contiveram foram mais indecisas e menos autoconfiantes, resultando em pessoas com baixa satisfação profissional, frustração na vida e má saúde (MISCHEL, 2016). Pereira (2003) argumenta que o processo de ensino da educação financeira deve começar cedo, por volta dos 2 ou 3 anos de idade, quando a criança começa a pedir dinheiro para brinquedos e doces. Assim sendo, um dos maiores erros é não ensinar as crianças a lidarem com o dinheiro, visto que quanto mais cedo as crianças forem apresentadas aos conceitos financeiros, mais rápido elas entenderão a importância de saber administrá-lo de forma correta, além de ajudar a corrigir as crianças muito consumistas (MENEGETTI *et al*, 2017).

Assaf Neto (2008, p.02) comenta que: “[...] quanto mais a sociedade consumir hoje, menor sua capacidade de poupança e, em consequência, menor sua capacidade futura de produção e geração de riqueza. ”. Segundo o relatório de [competências em educação](#)

[financeira: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil](#), no qual foram entrevistados 2.002 brasileiros com mais de 16 anos, de todas as regiões do país, 64% dos brasileiros afirmaram que pagavam suas contas em dia. Por outro lado, 69% dos entrevistados afirmaram não ter poupado nenhuma parte da renda recebida nos últimos doze meses tendo como base a data de publicação da pesquisa (BCB, 2017). Sendo assim, analisando a afirmação e os dados dispostos em conjunto, percebe-se que a falta do hábito de poupar por parte dos brasileiros ocasiona uma baixa capacidade de lidar com despesas imprevistas e de produção de riqueza, o que, por sua vez, pode contribuir para o aumento do nível de endividamento dos indivíduos.

Assim sendo, é necessário ressaltar que o Brasil ainda está aquém de vários países no quesito educação financeira. Segundo um relatório com 20 países feito pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ficou em 17º lugar em um ranking que tinha como intuito medir o nível de competência financeira dos países analisados. Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), o tema “Educação Financeira “ é relativamente novo no Brasil. Embora já exista a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada no ano de 2010, que deu um maior apelo à educação financeira no cenário escolar, ainda se percebe a necessidade de melhoria em vários aspectos.

Segundo Cerbasi (2003), pessoas endividadas não se encontram nessa situação por causa, diretamente, da sua renda, mas sim pela maneira como elas administram seus recursos financeiros, suas receitas e suas despesas. Pesquisa realizada no mês de julho pela CNC, na qual as famílias entrevistadas foram divididas em duas faixas de renda (maior e menor que 10 salários mínimos), apontou que entre as famílias que recebiam menos, 72,6% possuíam dívidas, ao passo que a proporção entre as famílias que recebiam mais que 10 salários mínimos era de 66,3% (CNC, 2021). De acordo com Mette e Matos (2016, p. 54), “existe uma relação positiva entre o desenvolvimento de uma educação financeira na população e sua maior conscientização no processo de tomada de decisão”. Dessa maneira, os argumentos acima corroboram com a ideia de que os indivíduos têm uma maior consciência na tomada de decisões financeiras ao passo que o seu nível de educação financeira é maior, desconsiderando a ideia de ter uma renda maior ou menor.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que se compreende por endividamento o saldo devedor em uma composição familiar (MARQUES; FRADE, 2003). “Quando esse saldo resulta de mais do que um compromisso de crédito é comum utilizar-se o conceito de multiendividamento” (MARQUES; FRADE, 2003, pag. 3).

Por conseguinte, a situação de endividamento pode acarretar no incumprimento, que nada mais é do que o pagamento não pontual das obrigações financeiras. As instituições financeiras, geralmente, consideram que existe o incumprimento após a terceira prestação não paga, ou seja, em atraso, e o incumprimento definitivo acontece quando as possibilidades de negociação acabaram e é dado início ao processo judicial de cobrança coerciva (MARQUES; FRADE, 2003). “O sobre-endividamento, também designado por falência ou insolvência dos particulares, diz respeito aos casos em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas” (MARQUES; FRADE, 2003, pag. 4).

Dessa maneira, conhecendo esse cenário e essas informações, torna-se necessário entender como o nível de entendimento sobre a educação financeira afeta as decisões acerca da administração dos recursos financeiros dos indivíduos e, por conseguinte, o seu nível de endividamento.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Assim sendo, com as informações referidas anteriormente, surge o seguinte problema de pesquisa: **Como o nível de educação financeira afeta o perfil de endividamento das pessoas?**

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1. Objetivo geral

Entender como o nível de educação financeira impacta o perfil de endividamento dos indivíduos, tendo como foco os servidores públicos do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas.

1.3.2. Objetivos específicos

- Identificar o nível de conhecimento financeiro dos servidores públicos de nível superior do Centro de Excelência Doutor Milton Dortas;

- Verificar os impactos do nível de conhecimento financeiro no perfil de endividamento desses servidores;

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa fundamentação objetiva trazer o embasamento necessário para a elaboração e consecução deste trabalho. Sendo assim, é explicitado abaixo um resumo dos principais dados e discussões relacionados ao tema da educação financeira.

2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Para que se entenda o nível de educação financeira da população brasileira, é necessário compreender, em primeiro lugar, qual a importância que é dada ao ensino da mesma no Brasil. Segundo a teoria do capital humano, proposta por Schultz (1961) e Becker (1962), os ganhos de produtividade das pessoas estão diretamente relacionados ao nível de escolarização deles. Além disso, os autores defendem que quanto mais escolarizados forem os indivíduos, mais aptos eles estarão a enfrentar ambientes de rápida mudança e a desempenhar novas tarefas. Dessa maneira, estas aptidões elevam o nível de produtividade das pessoas e, desse modo, aumenta a renda do trabalho (COSTA; MIRANDA, 2013). Dessa forma, segundo Costa e Miranda (2013), é possível assumir que a educação financeira é uma manifestação do capital humano de cada pessoa o que, para Becker (1962), pode ser definido como conhecimento de economia, sendo esse o resultado de treinamentos específicos, experiências e habilidades adquiridas pelos indivíduos.

Heckman e Grable (2011), em uma pesquisa realizada com 80 estudantes de uma universidade do Centro Oeste dos Estados Unidos, investigaram e constataram que existe uma grande correlação entre o nível de educação financeira e o nível de renda. Sendo assim, “A alfabetização financeira dos indivíduos é motivo de preocupação de governos na maioria dos países” (SILVA et. al. 2017, p. 281). Assim sendo, os indivíduos que possuem baixos níveis de alfabetização financeira possuem uma maior dificuldade para gerenciar suas economias, bem como tomar decisões financeiras conscientes e racionais (ATKINSON; MESSY, 2011). Assim sendo, essas dificuldades geram grandes consequências, tanto para os indivíduos – como as que já foram supracitadas -, quanto para os países – como a inadimplência generalizada das famílias, que resultou, por exemplo, na crise financeira ocorrida nos EUA no ano de 2008 (SILVA et. al. 2017).

Dessa maneira, é notório perceber que a educação financeira dos indivíduos é bastante importante na sociedade, uma vez que influencia diretamente nas decisões

financeiras/econômicas das pessoas e das famílias (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Segundo Mankiw (2001 apud BATAGLIA et. al. 2011, p. 64), “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo-prazo de um país”. Assim sendo, é possível perceber a importância que indivíduos financeiramente educados exercem em um país.

Com os dados e informações supracitados, é necessário, nesse sentido, entender qual a importância que é dada pelo Brasil à formação de indivíduos eruditos financeiramente. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com o intuito de melhorar o nível de educação financeira ofertada à população, alguns passos já foram dados, tais como a criação da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), que cria estratégias a fim de melhorar o nível de educação financeira do país e as práticas do MEC, em relação à imposição do ensino de educação financeira nas escolas, fazendo com que as instituições atendam às [novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular](#) (BNCC) (FEBRABAN, 2019). Junto à criação da ENEF, também foram criados o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP). Todos criados em 2010 e ligados à permanência e fortalecimento da Educação Financeira” (CORDEIRO, COSTA E SILVA, 2018, p. 74). Além disso, o projeto de Lei 3145/20 é uma importante iniciativa que visa instituir a obrigatoriedade da inclusão da educação financeira nos currículos do ensino infantil, fundamental e médio.

Contudo, embora essas ações tenham sido pensadas a fim de fortalecer as bases da educação financeira no país, o Brasil ainda está muito aquém das expectativas. Em uma pesquisa realizada pelo S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard & Poor's), na qual foi medida o grau de educação financeira em 140 países com base em 150 mil entrevistas, somente 35% dos brasileiros conseguiram responder corretamente as questões da pesquisa, que envolviam conceitos financeiros mais básicos, como: juros compostos, diversificação de risco, inflação e aritmética. Com isso, o Brasil ocupou a 74ª posição no ranking global, ficando atrás de alguns dos países mais pobres do mundo, como Togo e Zimbábue (S&P, 2019).

Além disso, de acordo com Carlos Thadeu, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo (CNC), a quantidade de famílias que demonstrou ter alguma dívida ao fim do mês de setembro de 2021 alcançou uma alta de 6,8 pontos em comparação com o mesmo período do ano de 2020, o maior aumento anual da série

histórica. Além disso, os índices de inflação, medidos pelo INPC/IPCA, ultrapassou os 10% nos últimos 12 meses (GOMES, 2021).

Segundo Paraiso e Fernandes (2019, p.12 e 13):

Não são apenas as questões relacionadas aos aspectos de emprego, renda, estabilidade financeira, classe social, número de integrantes, distribuição de renda, que levam as famílias a se endividarem. Muitas variáveis estão relacionadas, como os hábitos de compra da população, a disseminação do crédito, a propagação de novos meios de pagamento e uma sociedade cada vez mais orientada para o consumo. (...) É praticamente unânime a percepção de que falta para a sociedade brasileira uma cultura orientada para a Educação Financeira, sobretudo pela complexidade oriunda das constantes mudanças tecnológicas, regulatórias e principalmente econômicas. A transmissão de conhecimento e atualização sem dúvidas causam impactos positivos e diretos na tomada de decisão da população.

Nesse contexto, é possível evidenciar a Lei 14.181/21, denominada de “Lei do Superendividamento”, que entrou em vigor em julho de 2021 com o intuito de reformular as bases do código do consumidor, estabelecendo medidas que objetivam evitar o denominado “superendividamento”, estabelecendo novas regras como concessão do direito de “recuperação judicial” dos consumidores com todos os credores ao mesmo tempo e proibição de qualquer tipo de assédio ou pressão para seduzir os consumidores, expandindo, dessa forma, a proteção às pessoas que possuem muitas dívidas e não conseguem pagá-las, bem como reduzindo os abusos na oferta de crédito. A lei também estabelece, como consequência dessas medidas, um estímulo ao consumo consciente, aumentando, por consequência, o estímulo à educação financeira desses indivíduos.

Segundo De Medeiros e De Medeiros (2021), poucas coisas são feitas em relação à transmissão do conhecimento necessários para que o cidadão tenha consciência do contexto social em que se vê inserido, ou seja, as crianças que vão às escolas têm a chance de estudar sobre Geografia, Português, Matemática, contudo não possuem o conhecimento necessário sobre como devem administrar o dinheiro que vão conquistar ou a maneira certa de gerir o patrimônio que será construído. Dessa forma, muitos deles possuem boas oportunidades, todavia os índices apontam para um alto descontrole financeiro, bem como a indivíduos que têm mais despesas do que receitas, conduzindo a uma população predominantemente endividada.

Além disso, a economia brasileira está aquém da economia de outros países importantes do mundo. De acordo com um levantamento feito pela agência de classificação de risco Austin Rating, em comparação com as 15 maiores economias do mundo, o país tem perdido posições desde 2017, quando ocupou a 8ª posição. Segundo De Medeiros e De Medeiros (2021), o maior ponto de atenção é o futuro, evitar o desgoverno generalizado, e é

imprescindível inserir e difundir, o quanto antes possível, o entendimento de que a moeda do país deve ser foco de estudo de todos, antes que os problemas evidenciados no Brasil se tornem irreversíveis.

Robert Kyiosaki (2000, p. 22) compartilha a preocupação dos autores supracitados ao comentar:

Muitas vezes penso no novo milênio e imagino o que acontecerá quando houver milhões de pessoas precisando de assistência financeira e médica. Eles se tornarão dependentes do apoio financeiro de suas famílias ou do governo. O que acontecerá quando a previdência social ficar sem dinheiro? Como uma nação sobreviverá se ensinar sobre dinheiro continuar sendo tarefa dos pais - cuja maioria será ou já é pobre?

Dessa forma, algumas das preocupações compartilhadas pelos autores acima já podem ser vistas nos dias atuais. De acordo com informações do portal da transparência do INSS, em 2021, apenas o pagamento de aposentadorias no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) gerou um gasto de mais de R\$ 454 bilhões, o que representaria aproximadamente 5% de todo o PIB do Brasil no mesmo ano. Isso mostra uma dependência muito alta da população brasileira em relação ao sistema previdenciário do país.

Dessa maneira, mesmo com os estímulos e práticas criadas para melhorar a educação financeira no país, é possível perceber que o Brasil ainda apresenta números muito ruins no que diz respeito às competências financeiras da sua população, o que, por sua vez, também indica que ainda mais estímulos e investimentos devem ser feitos nessa área, a fim de que o país melhore esses índices.

2.2. NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS

Com o entendimento da importância da educação financeira para os indivíduos, para um país e, por conseguinte, ao divisar em que contexto o Brasil se insere nesse sentido, é possível, nesse momento, entender qual o grau de endividamento da população brasileira.

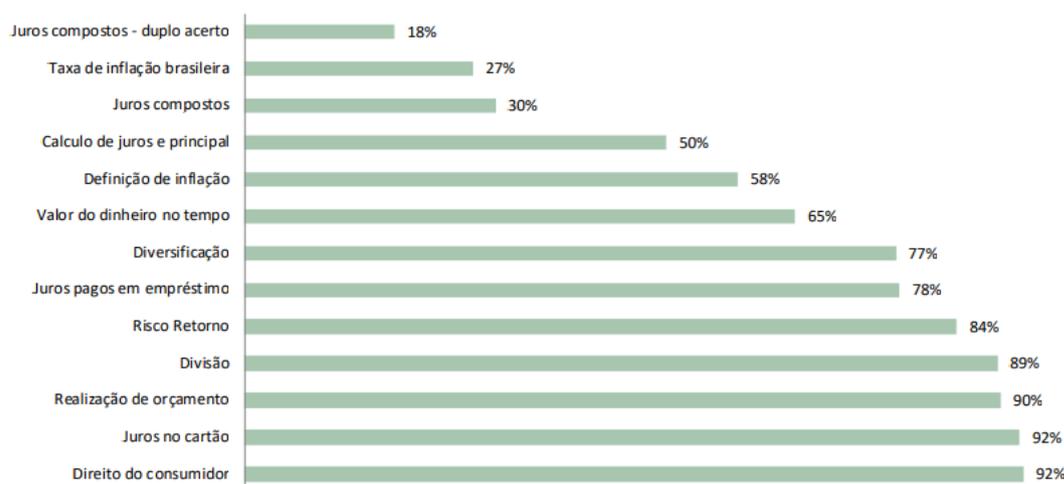
Vieira, Kilimnik e Santos Neto (2016), afirmam que o endividamento tem relação com o consumo de bens e serviços, podendo se tornar prejudicial quando compromete a renda do devedor, atingindo o ponto de o indivíduo não conseguir fazer uso do seu próprio salário.

O autor Slomp (2008), corrobora a afirmação supracitada ao explicitar que o endividamento pode ser advindo do consumo de bens e serviços, resultando em grandes problemas para o indivíduo quando compromete a sua renda, sendo extremamente prejudicial quando chega ao ponto de o devedor não ter mais condições de quitá-la. Ainda segundo

Slomp (2008), um dos motivos predecessores do endividamento é o fato dos consumidores não possuírem a real ciência das obrigações que estão assumindo no consumo de bens e serviços.

Dessa maneira, a **Figura 01**, apresentada abaixo e retirado do relatório de [competências em educação financeira: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil](#), mostra os resultados de entrevistas feitas com o intuito medir o grau de entendimento da população sobre educação financeira, tendo como foco os conceitos abordados anteriormente (sendo eles: conhecimento de matemática básica e capacidade de calcular taxa de juros simples e compostos; entendimento de inflação e entendimento de diversificação de risco). (BCB, 2017)

Figura 01 – Grau de acerto – Variáveis de conhecimento



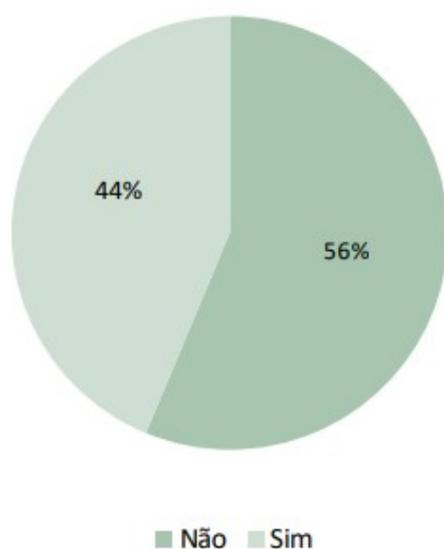
Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

Dessa maneira, segundo o relatório, é possível perceber que, mesmo com o histórico recente de inflação do país, apenas 27% dos entrevistados responderam corretamente a esse tema. Além disso, o tema juros compostos – duplo acerto (ou seja, acertar as questões sobre os juros principais e os juros compostos simultaneamente) também apresentou um baixo nível de assertividade por parte dos entrevistados, tendo apenas 18%. Outrossim, é o tema relacionado aos juros do cartão, que, de acordo com as respostas, demonstra que grande parte dos brasileiros entrevistados sabem da existência dos juros sobre o saldo remanescente do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, ao passo que 45 % afirmaram que utilizam o cartão de crédito (BCB, 2017). Contudo, segundo o Relatório de Inteligência Financeira, o nível de endividamento no cartão de crédito rotativo, um dos que possui as taxas mais

elevadas se comparado com outras opções de crédito, é bastante elevada (RIF, 2017). Isso demonstra uma contradição entre o conhecimento sobre a incidência dos juros do cartão de crédito e a escolha de uma opção com uma taxa mais elevada.

Além disso, a **Figura 02**, que representa o resultado das perguntas feitas com o objetivo de apurar a porcentagem de pessoas que fazem o orçamento doméstico ou familiar demonstra que 56% dos entrevistados não o faz. Isso pode impactar em decisões financeiras como cortar gastos, poupar, realizar ou não empréstimo e outros (BCB, 2017). Isso mostra que mais da metade das famílias não executam um planejamento da sua renda familiar ou doméstica.

Figura 02 - Realização de orçamento doméstico ou familiar



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

A **Figura 03** corrobora com as afirmações acima, uma vez que os resultados obtidos mostram que apenas 31% dos entrevistados afirmaram que pouparam parte dos seus rendimentos nos últimos doze meses, ou seja, mais da metade deles não pouparam nenhuma parte da sua renda, o que pode ocasionar problemas para lidar com gastos ou despesas não planejadas (BCB, 2017).

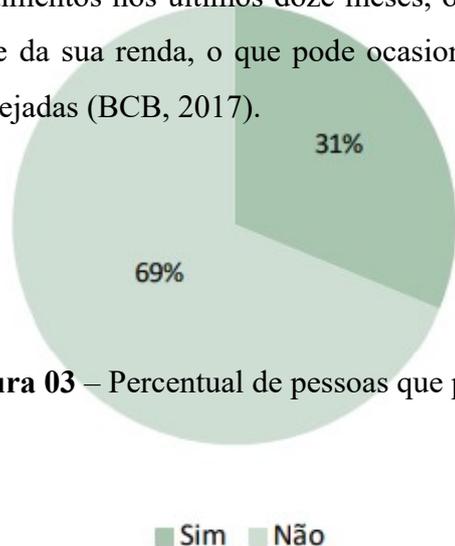
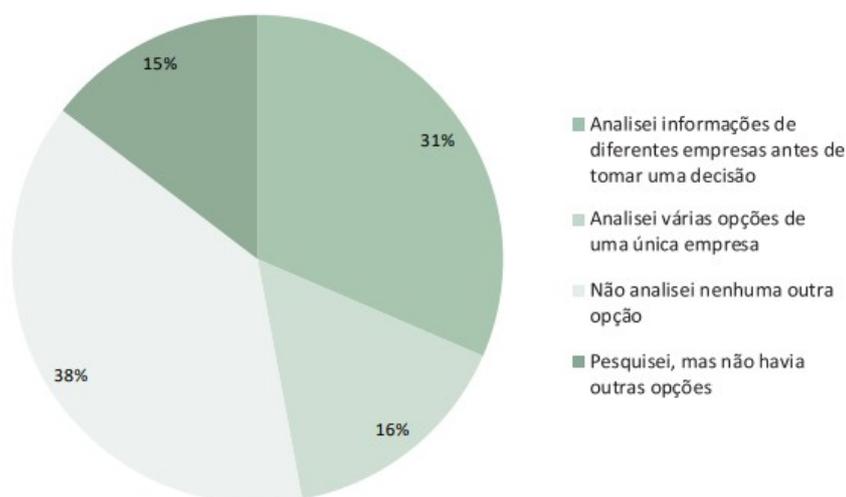


Figura 03 – Percentual de pessoas que pouparam parte da sua renda

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

Segundo Theodoro (2008), o aumento do consumismo aliado à falta de planejamento financeiro se tornou a realidade de grande parte dos indivíduos. Para o autor, a facilidade que atualmente as pessoas, sejam elas de quaisquer classes sociais, têm em obter bens de consumo e crédito proporciona experiências desagradáveis no campo das finanças àqueles que estão despreparados. Neste contexto, Lima e Ferreira (2014, p. 61) argumentam que são criados “[...] estímulos para a obtenção de crédito ao consumo. No entanto, este crédito está camuflado em taxas de juros muitas vezes exorbitantes, raramente percebidas pelo consumidor”. Assim sendo, a **Figura 04** indicada abaixo reforça a visão dos autores, uma vez que indica que 38% dos entrevistados que utilizaram algum tipo de serviço financeiro não fizeram nenhum tipo de comparação antes de contratá-lo. Além disso, 31% deles indicaram que buscaram por várias opções em uma mesma empresa (BCB, 2017), o que indica também que grande parte dos entrevistados contrataram o serviço financeiro mais atrativo dentro de uma única empresa, o que corrobora ainda mais com o pensamento abordado pelos autores.

Figura 04 - Formas de escolha do produto financeiro utilizado



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

Para Teixeira (2015, p. 47), “uma gama crescente de produtos financeiros (empréstimos, poupanças, investimentos, seguros e planos de pensão) oferecidos aos consumidores veio acompanhada de mais responsabilidade em suas escolhas”. Dessa forma, é necessário comparar essas alternativas a fim de fazer escolhas mais assertivas e conscientes, uma vez que essa “facilidade” pode ter como consequência o acúmulo de dívidas e descontrole na vida financeira (TEIXEIRA, 2015). Para Braunstein e Welch (2002), pessoas informadas ajudam a criar um ambiente de mercado mais competitivo e eficiente. Além disso, os consumidores tendem a escolher produtos de acordo com o seu nível de consciência. Assim sendo, o mercado no qual esses consumidores vivem é um reflexo do seu nível de “consciência financeira”. As visões abordadas pelos autores são respaldadas por meio do resultado observado na **Figura 05**, que traz o percentual de brasileiros que possuem parte da sua renda comprometida com despesas mensais (como cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal ou prestações de financiamentos) (BCB, 2017), sendo esses percentuais, de acordo com os pensamentos abordados acima pelos autores, um reflexo da “consciência financeira” e, por consequência, das escolhas e tomadas de decisão dos consumidores inseridos nesse ambiente.

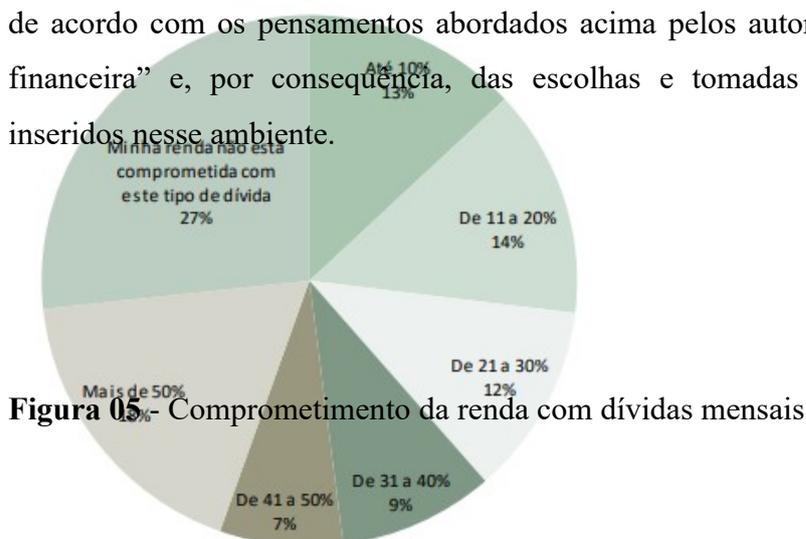


Figura 05 - Comprometimento da renda com dívidas mensais

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

Observando a **Figura 05**, é possível notar que dos indivíduos entrevistados, 73% apresentam algum tipo de dívida como essa e, dessas dívidas, 31% delas têm duração de três a seis meses; 26%, de até 3 meses; 21%, de seis meses a um ano e 22% por mais de um ano (BCB, 2017). Além disso, em um levantamento feito pelo Serasa em setembro de 2021, mais de 62 milhões de pessoas possuem algum tipo de inadimplência, com um total de dívidas de 208,46 milhões em todo o país (SERASA, 2021). Nesse contexto, também é imprescindível fazer a distinção entre dívida e inadimplência. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir algum bem, ele está se endividando, ao passo quando essa pessoa deixa de pagar essa dívida na data do seu vencimento, ela se torna inadimplente (IDEC, 2021).

Desse modo, os dados e pensamentos dos autores supramencionados mostram que a maior parte da população brasileira tende a escolher produtos financeiros sem fazer uma avaliação minudente; não fazem um planejamento e orçamento familiar ou doméstico e não possuem o hábito de poupar. Dessa maneira, é possível perceber que a educação financeira ofertada no país impacta diretamente no nível de educação financeira dos indivíduos que, por sua vez, tem influência nas tomadas de decisão das pessoas. Isso acaba por refletir nos resultados observados sobre o percentual de indivíduos que possuem algum tipo de dívida.

Assim sendo, cresce a necessidade de entender de forma mais aprofundada sobre como os níveis de educação financeira impactam na vida das pessoas, mais especificamente no seu nível de endividamento. Para isto, a seguinte metodologia foi traçada.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a necessidade de estruturação do presente trabalho monográfico e suas especificidades, os seguintes procedimentos metodológicos foram elaborados: caracterização do estudo, questões de pesquisa, participantes da pesquisa, coleta dos dados e, por fim, o tratamento dos dados.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Essa pesquisa segue uma abordagem quantitativa, uma vez que esse método se constitui em uma pesquisa baseada em números e métricas que propiciam que “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista” (FALCÃO; RÉGNIER, 2000, p. 232). Sendo assim, é possível, por meio de um conjunto de técnicas e métodos algoritmos que o pesquisador depreenda dados subsidiários para responder as perguntas que o mesmo estabeleceu como objetivo para o seu trabalho (FALCÃO; RÉGNIER, 2000).

Em relação aos procedimentos técnicos do trabalho, observa-se uma pesquisa caracterizada por um levantamento, que se formaliza pela indagação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Sendo assim, são destinadas informações a um grupo significativo de pessoas sobre o problema estudado para que, subsequentemente, mediante uma análise quantitativa, depreenda-se conclusões correspondentes aos dados adquiridos (GIL, 2002). Ademais, essa pesquisa de levantamento será de cunho descritivo, visto que as “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, pag. 42).

3.2. QUESTÕES DA PESQUISA

- Qual o nível de educação financeira dos indivíduos participantes da pesquisa?
- Quais são os impactos do nível de educação financeira dos indivíduos nas suas tomadas de decisão e vida financeira?

3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA

O Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS, é uma escola localizada na Av. Construtor Antônio de Santana, nº 623, na cidade de Simão Dias/SE. Embora localizada no município, possui Dependência Administrativa Estadual e conta apenas com etapas do Ensino Médio na modalidade de Ensino Integral. A escola possui uma estrutura bastante avançada, com internet, laboratório, quadra poliesportiva, biblioteca, laboratório científico e outros. Atualmente, possui um quadro com 82 servidores, entre efetivos e contratados. Para a pesquisa proposta, foram entrevistados apenas os servidores com nível superior, a fim de entender se existem grandes diferenças nas suas respostas, visto que eles cursaram uma graduação. No colégio, atualmente existem 48 servidores com nível superior completo, uma amostragem obtida por meio de conveniência, ou seja, que visasse obter com ela as respostas necessárias para sanar as indagações levantadas no presente trabalho.

3.4. COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de questionários. A partir dos dados obtidos, foi feita uma análise e, por conseguinte, uma interpretação dos dados para que, por fim, as questões da pesquisa fossem respondidas. Os questionários podiam ser de 4 tipos diferentes:

I - Estruturado não disfarçado: o indivíduo que responde sabe qual a finalidade da pesquisa e o questionário segue um padrão, usando principalmente questões fechadas (CARNEVALLI; MIGUEL, 2001);

II - Não estruturado: Utiliza-se mais questões abertas e o indivíduo sabe qual é o objetivo da pesquisa (CARNEVALLI; MIGUEL, 2001);

III - Não estruturado disfarçado: utiliza técnicas projetivas (completar sentenças, por exemplo) para obter as informações, sem que o respondente saiba o objetivo da pesquisa (BOYD J.& WETFALL, 1964 *apud* CARNEVALLI; MIGUEL, 2001);

IV - Estruturado disfarçado: tenta, por meio da tabulação e do cruzamento de informações, averiguar a importância de um assunto para a pessoa, de forma indiretamente (MATTAR, 1996 *apud* CARNEVALLI; MIGUEL, 2001).

O questionário aplicado foi feito no formato não estruturado, tendo como intuito facilitar a análise das informações, bem como fazer com que o respondente soubesse qual era o seu objetivo, tentando obter respostas com maior nível de fidedignidade. Além disso, o questionário teve como base para a sua construção o estudo feito pelo Banco Central (BCB), em 2017, intitulado de “Competências em educação financeira: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil”, uma vez que essa pesquisa teve “o objetivo aferir o nível de educação e inclusão financeiras da população brasileira e, dessa forma, compreender melhor a realidade do país” (BCB, 2017, p. 5); com as devidas alterações no que diz respeito às questões, com o intuito de que elas acompanhassem as variáveis a serem analisadas.

Além disso, o questionário foi dividido em três eixos centrais. O primeiro foi construído tendo em vista mensurar o nível de conhecimento financeiro dos entrevistados, estruturado com base nos conceitos apresentados nesse trabalho. Por conseguinte, o segundo eixo estava voltado à averiguação do comportamento dos entrevistados no que concerne a tomada de decisão deles e o nível de endividamento e o último foi pautado na avaliação do endividamento encontrado no eixo anterior.

Ademais, a ferramenta Google Forms foi utilizada para estruturar o questionário, uma vez que ele já agrupava as informações de maneira estratégica e valiosa para o trabalho.

3.5. TRATAMENTO DE DADOS

Como já foi supramencionado, o Google Forms foi a ferramenta utilizada para estruturar o questionário. Embora os questionários pudessem ser encaminhados para os entrevistados, a aplicação foi de forma presencial, tendo em vista reduzir o tempo de resposta. Por conseguinte, conforme planejado, o tempo de resposta foi hábil e todas as informações já eram organizadas fornecendo a porcentagem de respostas dadas a cada pergunta, facilitando a construção dos gráficos e tabelas. Dessa maneira, foi mais simples analisar os dados e responder as questões de pesquisa levantadas.

3.6. DEFINIÇÃO DOS EIXOS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Diante do exposto, o **Quadro 01** apresenta os eixos do questionário e os elementos que eles visam analisar.

Quadro 01 – Eixos e elementos de análise

EIXOS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Eixo I - Teste de Conhecimento Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> Análise dos conhecimentos financeiros, com base em três conceitos principais (assim como exposto na introdução desse trabalho), sendo eles: conhecimento de matemática básica e capacidade de calcular taxa de juros simples e compostos; entendimento de inflação e entendimento de diversificação de risco.
Eixo II - Tomada de decisão financeira e nível de endividamento	<ul style="list-style-type: none"> Análise da tomada de decisão dos indivíduos, tendo como base situações financeiras vividas cotidianamente, bem como questões voltadas ao hábito de poupar
Eixo III – Nível de endividamento	<ul style="list-style-type: none"> Análise do percentual de dívidas atual dos entrevistados.

Fonte: Adaptado do BCB (2017)

3.7. METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Utilizando os conceitos apresentados anteriormente sobre endividamento e sobre-endividamento, desenvolvidos pelos autores Marques e Frade (2003), bem como nos trabalhos desenvolvidos por Brusky e Magalhães (2006), que desenvolveram um estudo sobre Endividamento OIT-ABC Metalúrgicos e os estudos desenvolvidos por Claudino *et al* (2009).

Tabela 01: Indicadores de endividamento

Categorias	Condições	
	Relação Dívida/Renda	Gastos Mensais excedem a renda
Sem dívidas	Sem dívidas	Nunca
Pouco endividado	Sem dívidas	Às vezes e sempre
	$> 0 \leq 25\%$	Sempre, às vezes ou nunca
	$> 25\% \text{ e } < 50\%$	Nunca
Com risco de sobre-endividamento	$> 25\% \text{ e } \leq 50\%$	Sempre e às vezes
	$> 50\% \text{ e } \leq 75\%$	Às vezes e nunca
Sobre-endividado	$> 50\%$	Sempre
	$> 75\%$	Sempre, às vezes ou nunca

Fonte: Brusky e Magalhães (2006), adaptado por Claudino *et al* (2009)

Nesse estudo, o endividamento e os gastos mensais excederem (ou não) a renda, foram considerados em conjunto, uma vez que fornecem bons indicadores do nível de endividamento (Brusky e Magalhães, 2006). Assim sendo, se o endividamento está em um baixo patamar e os gastos mensais não ultrapassam a renda, o indivíduo mantém as suas dívidas sob controle. Ao passo que as dívidas crescem e a renda não cobre os gastos, o indivíduo começa a não ter controle de suas dívidas, podendo passar a ser um sobre-endividado, que seria considerado o pior nível de endividamento (CLAUDINO *et al*, 2009).

3.8. CORRELAÇÃO DE SPEARMAN

A fim de entender qual o nível de significância e de correlação entre as variáveis conhecimento e atitude com o nível de endividamento, ou seja, qual o nível de influência que o conhecimento financeiro e as Atitudes têm sobre o endividamento, o coeficiente de Correlação por postos de Spearman foi utilizado. Segundo Bunchaft e Kellner (1999), esse coeficiente é uma medida não paramétrica que tem o intuito de auferir a significância e a dependência entre variáveis. Significa dizer que a ferramenta busca saber se quando o valor de uma variável aumenta ou diminui o valor das outras também aumentam ou diminuem. Para tal, o pressuposto gera um número “p” que mensura a significância da relação entre duas variáveis, sendo que quanto menor do que 0,5 for o “p”, maior é o nível de significância. Além disso, essa correlação também gera um número “rho” que varia de -1 a +1 e que mensura a força e a direção dessa correlação. Dessa maneira, quanto mais próximo dos extremos, maior é a força de correlação e quanto mais próximo do “miolo”, ou seja, do 0, menor é a força de correlação, sendo considerada inexistente no 0. Ademais, é necessário interpretar o sinal (direção), se é positivo ou negativo. Se for positivo, o aumento de uma variável implica no aumento da outra variável, ao passo que se for negativo, o aumento de uma variável indica a diminuição da outra. Isto posto, essa ferramenta é ideal para o presente trabalho, uma vez que os dados utilizados não são paramétricos. É importante ressaltar, também, que os níveis de endividamento foram categorizados em uma escala de 1 a 6, que considera que quanto menor é o nível de endividamento, melhor. Sendo assim, o nível 6 representará o menor endividamento (melhor) e o nível 1 representará o maior endividamento (pior). Devido a quantidade de dados e com o intuito de obter resultados mais assertivos, o software estatístico Jamovi foi utilizado para calcular as medidas de correlação de Spearman.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente tópico tem como intuito analisar e discutir os dados coletados na pesquisa, comparando as respostas dadas no questionário, depreendendo interpretações a partir delas. Este tópico foi dividido em 3 subtópicos, sendo eles: Eixo I - Teste de Conhecimento Financeiro; Eixo II - Tomada de decisão financeira e Eixo III – nível de endividamento.

4.1. EIXO I – TESTE DE CONHECIMENTO FINANCEIRO

O presente tópico tem o intuito de entender qual o nível de educação financeira apresentado pelos entrevistados, através de perguntas relacionadas ao conhecimento sobre matemática básica e capacidade de calcular taxas de juros simples e compostos; entendimento de inflação e entendimento de diversificação de risco. Lucci *et al* (2006), afirma que os indivíduos que dominam os conceitos mínimos sobre finanças, também os aplicam de maneira razoável. Além disso, é evidenciado por Kunkel (2015) que vários fatores, entre eles o momento vivenciado pelo indivíduo, o seu entendimento sobre finanças pessoais e até mesmo fatores externos da economia podem impactar no processo das decisões financeiras. Sendo assim, torna-se obrigatório que o questionário explore questões voltadas à mensuração dos níveis de conhecimento sobre finanças, a fim corroborar com tais afirmações.

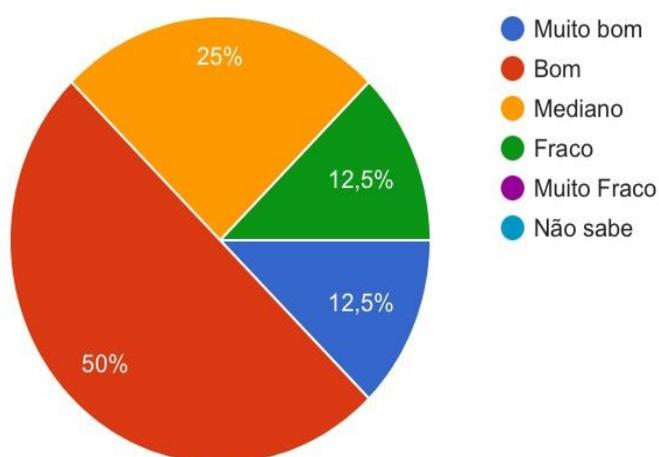
Dessa forma, dentre os 48 entrevistados, 30 deles eram do sexo masculino e, conseqüentemente, 18 eram do sexo feminino. Em relação à faixa etária dos respondentes, 75% indicaram ter uma idade acima de 30 anos, ao passo que apenas 25% deles indicaram ter uma idade igual ou menor do que 30 anos. Além disso, 62,5% deles afirmaram que viviam com um cônjuge/companheiro ou com cônjuge/companheiro e filhos menores de 18 anos. Assim sendo, é possível notar que grande parte dos entrevistados já estão em um momento mais maduro da vida, ou seja, casados e com filhos.

4.1.1. Auto avaliação do nível de conhecimento sobre finanças

Por conseguinte, assim como é indicado na **Figura 06** abaixo, foi indagado aos entrevistados como eles classificavam o seu nível de educação financeira. Sendo assim, as respostas obtidas foram de que 50% deles consideravam o seu nível de conhecimento bom;

25% deles classificaram como mediano; 12,5% não souberam responder e outros 12,5% responderam que possuíam um nível de conhecimento fraco.

Figura 06: Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre finanças?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Esse dado é bastante interessante, uma vez que demonstrar ter uma confiança elevada em conhecimentos financeiros pode impactar na tomada de decisões financeiras, fazendo com que o indivíduo não tenha cuidados básicos, negligenciando, por exemplo, a comparação de taxas de juros na hora de aderir a um produto financeiro (BCB, 2017).

4.1.2. Teste de nível de conhecimento, questões teóricas.

Nesse tópico, o intuito foi mensurar o nível de conhecimento dos respondentes por meio de perguntas teóricas, ou seja, indagações que não envolviam habilidades matemáticas. Além disso, as perguntas foram criadas com base em situações, muitas das vezes, rotineiras e do cotidiano dos indivíduos. O **Quadro 02** representado abaixo indica os percentuais das respostas assinaladas em cada coluna.

Quadro 02: variáveis do conhecimento - % de indicação em Verdadeiro ou Falso

	VERDADEIRO	FALSO
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco	100% dos entrevistados assinalaram essa como a resposta correta	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta	100% dos entrevistados assinalaram essa com a resposta correta
Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).	100% dos entrevistados assinalaram essa como a resposta correta	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.	100% dos entrevistados assinalaram essa como a resposta correta	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.	100% dos entrevistados assinalaram essa como a resposta correta	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.	100% dos entrevistados assinalaram essa como a resposta correta	Nenhum dos entrevistados assinalou essa como a resposta correta

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

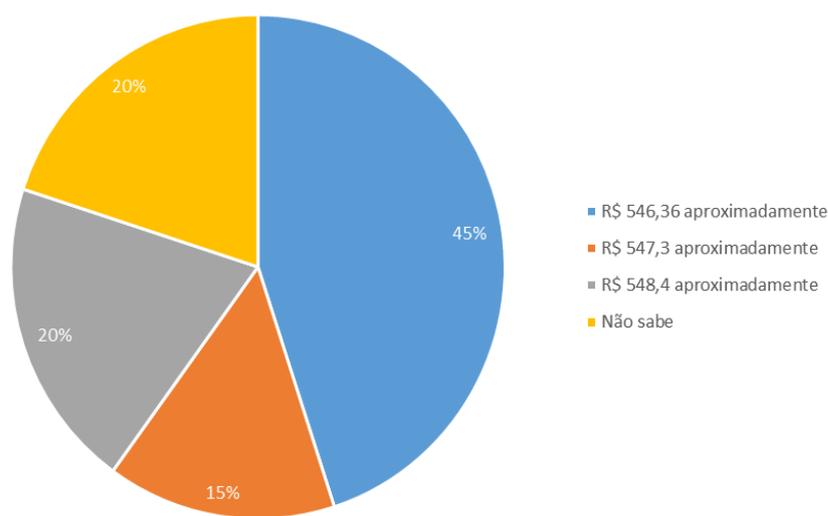
É possível perceber que todos os respondentes assinalaram as respostas corretas para cada uma das perguntas, o que denota um bom grau de conhecimento acerca de questões básicas sobre diversificação de risco, inflação, cartão de crédito e direito do consumidor. Além disso, uma hipótese para justificar o percentual de acertos elevado é o de que as questões levantadas, muitas das vezes, são situações vivenciadas pelas pessoas no dia a dia, assim como a particularidade de que todos os entrevistados cursaram o nível superior de ensino e, por esse motivo, possuem uma base de conhecimento mais consolidada.

4.1.3. Teste de nível de conhecimento, questões matemáticas

Por conseguinte, foram explorados os conhecimentos matemáticos básicos por meio de questões que demandavam habilidades mais técnicas, tais como: cálculos e manipulação de algumas fórmulas. Além disso, houve uma comparação entre essas respostas e as respostas para questões teóricas do tópico anterior.

A primeira questão desse teste envolvia um cálculo de juros compostos, na qual apenas 45% dos respondentes conseguiram assinalar a resposta correta. A **Figura 07** ilustra o percentual de acerto dos entrevistados:

Figura 07: Imagine um capital de R\$ 500 aplicado ao longo de 3 meses, a uma taxa de 3% ao mês, a juros compostos. Ao final de três meses, o capital inicial representará um valor de:



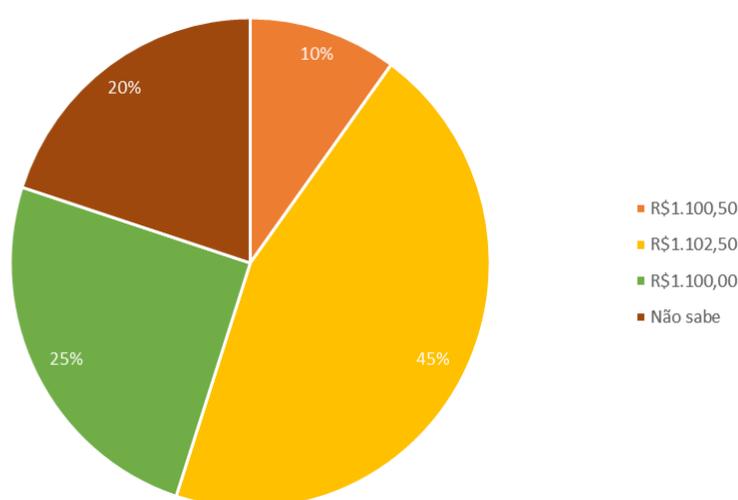
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Para responder à questão de forma correta, os respondentes deveriam estar familiarizados com conceitos de juros compostos. Sendo assim, é possível perceber que menos da metade deles teve êxito na resolução dessa questão. É possível perceber, ainda, que outros 20% dos respondentes assinalaram “não sabe” para a mesma questão, o que demonstra possivelmente a falta de familiarização para com os conceitos do cálculo dos juros compostos. O restante dos entrevistados (35%) marcou as alternativas erradas para a questão. Isso pode significar que a aplicação da fórmula foi incorreta ou que esses respondentes assinalaram de forma arbitrária, ou seja, sem nenhuma manipulação de fórmula ou cálculo.

Por conseguinte, foram feitas mais duas perguntas que envolviam o conhecimento de juros, sua aplicação e variáveis que impactam o valor financeiro ao longo do tempo. Para essas duas perguntas, foi considerado o acerto duplo, ou seja, os respondentes deveriam acertar as duas perguntas para que a sua resposta fosse considerada correta. Essas perguntas foram idealizadas conjuntamente a fim de tentar “filtrar” ao máximo aquelas pessoas que estão familiarizadas com esse conceito, separando quem realmente tem esse conhecimento de quem não tem. A **Figura 08** representa a primeira pergunta. Como é possível perceber abaixo,

apenas 45% dos respondentes marcaram a opção correta para a questão, ao passo que 20% assinalaram a resposta “não sabe”. É interessante notar que esses percentuais foram exatamente iguais aos percentuais da pergunta anterior.

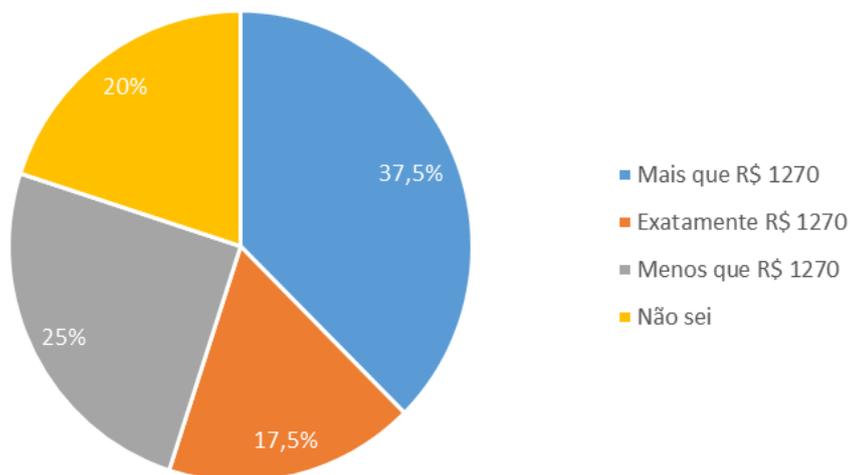
Figura 08: Suponhamos que você coloque R\$ 1.000 em uma poupança que rende 5% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final de dois anos, levando em consideração um rendimento composto dos juros?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A **Figura 09** representa a segunda pergunta feita sobre o conhecimento de Juros e outras variáveis. A partir dela é possível depreender alguns dados interessantes. Primeiro, é possível perceber que o percentual de pessoas que assinalaram “não sabe” permaneceu exatamente igual para as três perguntas que envolviam conhecimentos sobre juros compostos. Por outro lado, o percentual de pessoas que haviam assinalado a resposta correta para as perguntas anteriores reduziu, passando a ser de 37,5%. Várias justificativas podem ser dadas para a redução desse percentual, entre elas: algum erro no momento de realizar os cálculos; erros na estrutura da fórmula ou talvez os respondentes tenham acertado as perguntas anteriores de forma arbitrária, ou seja, marcaram ao acaso e acabaram acertando. Porém, o objetivo das questões é saber quantos por cento dos entrevistados dominam os conceitos relacionados à educação financeira e, desse modo, como apenas o acerto duplo foi considerado válido, apenas 37,5% dos respondentes responderam corretamente essas duas questões.

Figura 09: E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período e considerando que a taxa permaneceu constante ao longo desses anos?

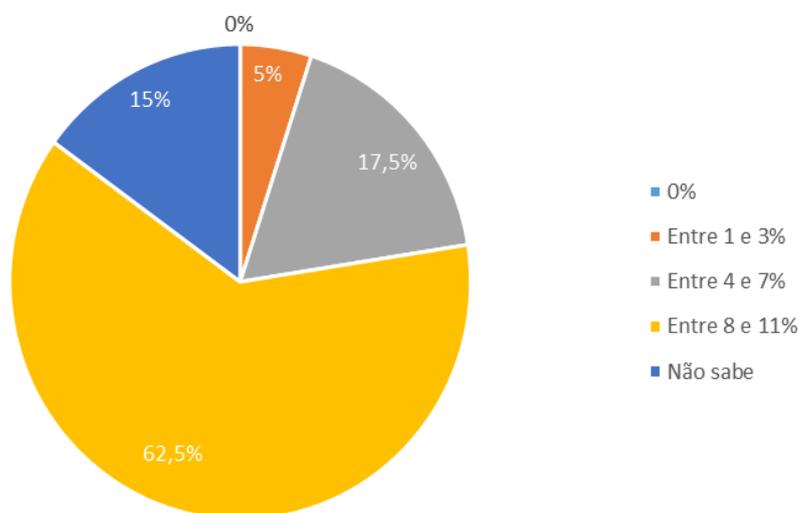


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

4.1.4. Taxa acumulada de inflação

Por fim, as duas últimas questões estavam relacionadas ao conhecimento sobre inflação. A primeira pergunta foi: “Imagine que uma pessoa tenha recebido R\$ 1.000 e que tenha guardado o dinheiro no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 10% ao ano, após um ano ele será capaz de comprar”. Todos os entrevistados marcaram corretamente essa questão, visto que assinalaram alternativa “menos do que comprariam hoje”. A última pergunta estava relacionada à taxa acumulada de inflação de 2021, sendo solicitado ao entrevistado que respondesse se ele sabia qual foi essa taxa acumulada ao final de 2021. O intuito era mensurar o nível de interação entre os respondentes e questões de atualidade sobre finanças e outros conceitos (como índice IPCA). A **Figura 10** representa as respostas assinaladas pelos entrevistados.

Figura 10: No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2021 em qual patamar?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

É possível notar que 62,5% dos respondentes foram assertivos ao assinalar que a taxa acumulada de inflação em 2021 fechou entre 8 e 11%, visto que a taxa acumulada de inflação em 2021 foi de 10,06%, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

De maneira geral, é possível perceber que as questões que envolviam conhecimentos mais técnicos, cálculos e manipulação de fórmulas obtiveram uma menor quantidade de acertos em comparação com as questões que não envolviam. A nível de comparação, as questões relacionadas a conhecimentos teóricos sobre finanças não obteve nenhuma resposta incorreta, contudo, as questões sobre juros compostos (acerto duplo) obtiveram apenas 37,5% de percentual de acerto. Porém, observando de forma ampla todas as respostas obtidas, é possível perceber que o entendimento sobre questões financeiras foi satisfatório, visto que houve uma maior quantidade de acertos e, conseqüentemente, uma menor quantidade de erros.

4.2. EIXO II – TOMADA DE DECISÃO FINANCEIRA

O eixo dois do questionário objetivou entender se as tomadas de decisão financeira dos respondentes estavam, de fato, alinhadas com os níveis de conhecimento financeiro apresentados, visto que os níveis de conhecimento têm impacto na qualidade das decisões

tomadas pelos indivíduos (Lucci *et al.*, 2006). O comportamento do consumidor ajuda a determinar em qual situação financeira ele está, assim como afeta diretamente o seu bem-estar.

Desse modo, alguns pontos como dividir a responsabilidade da tomada de decisão financeira dentro de casa podem afetar o comportamento dos consumidores (BCB, 2017).

Portanto, buscou-se entender quem eram os responsáveis pelas decisões financeiras no seio familiar de cada respondente, dessa maneira, foi possível perceber que 50% dos entrevistados marcaram que tomam as decisões financeiras juntamente com o cônjuge/companheiro; 25% que tomavam as decisões sozinhos; 12,5% juntamente com outro membro da família e 12,5% dos respondentes marcou que o pai ou mãe tomavam essas decisões, assim como é indicado a **Figura 11**.

Figura 11: Responsável pelas finanças da casa



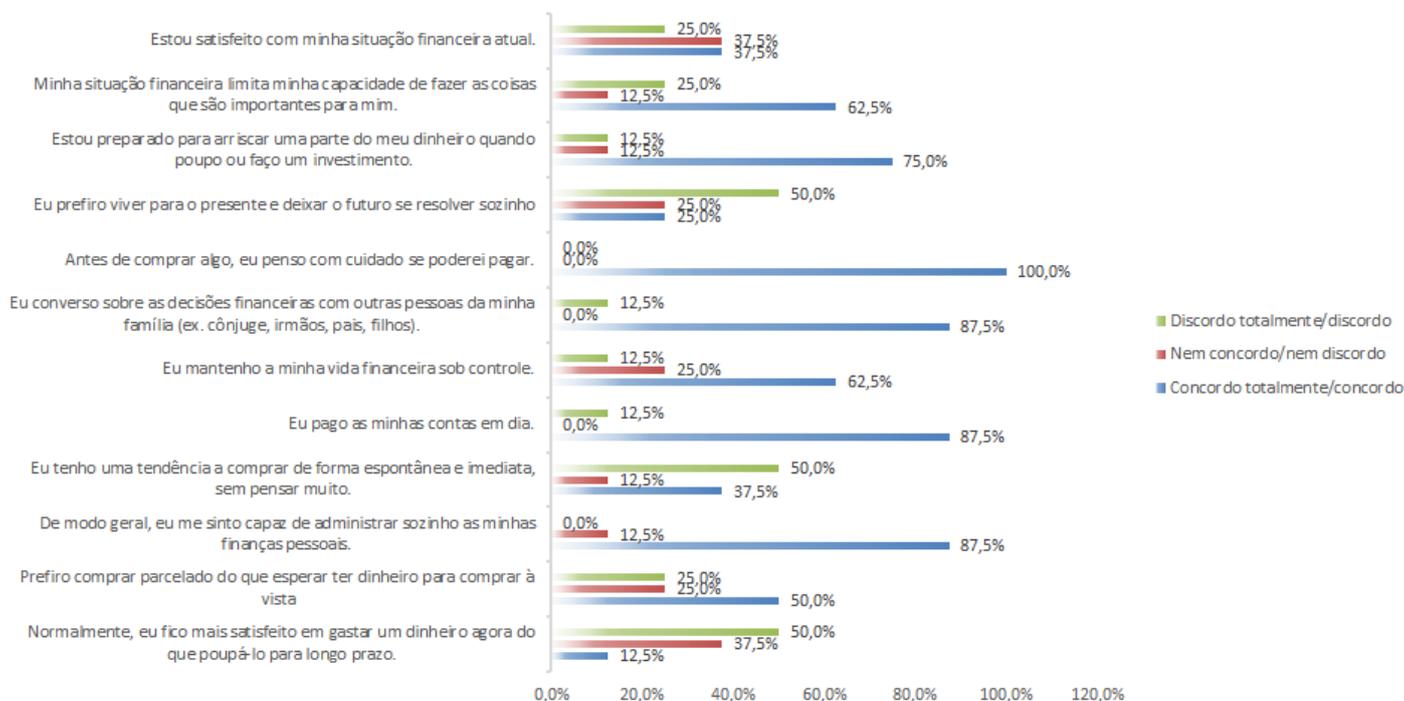
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

4.2.1. Atitude dos respondentes frente a questões financeiras

“A atitude pode ser entendida como o sentimento (ou intenção) de um indivíduo em relação a uma determinada decisão de sua vida financeira” (BCB, 2017, pag. 24). Desse modo, corroborando com a citação anterior, as perguntas descritas na **Figura 12** têm como intuito captar as Atitudes dos entrevistados frente às questões financeiras. Sendo assim, mesmo tendo uma série de conhecimentos e habilidades que seriam suficientes para fazer uma escolha dentro de um determinado comportamento alinhado com essas habilidades e

comportamentos, o componente da atitude pode ter um impacto na qualidade da decisão a ser tomada (BCB, 2017).

Figura 12: Atitude



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

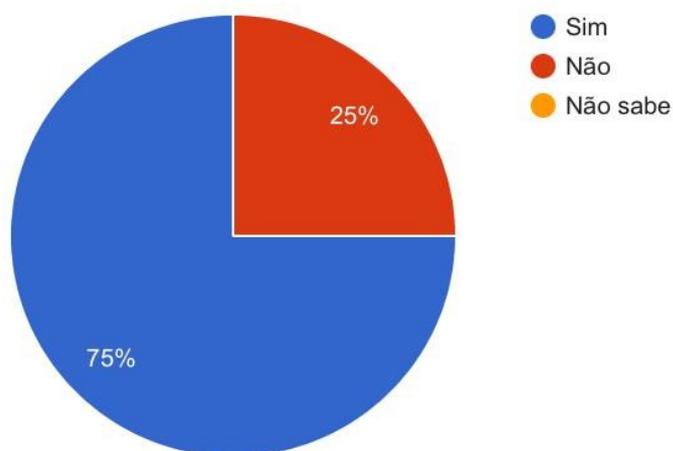
Em linhas gerais, pode-se depreender que os respondentes possuem uma atitude positiva em relação às suas tomadas de decisão financeira. É possível divisar isso através das respostas deles em relação à pergunta relacionada a “pensar com cuidado antes de fazer uma compra”, uma vez que todos eles marcaram que “concordam totalmente/concordam” com essa alternativa. Além disso, 87,5% deles afirmaram que se sentem capazes de administrar sozinho as suas finanças e 87,5% afirmaram que pagam suas contas em dia. Para a pergunta relacionada à “aceitação de risco ao fazer um investimento ou poupar parte do dinheiro”, 75% assinalaram “concordo totalmente/concordo”; a pergunta sobre “ficar satisfeito em gastar dinheiro agora do que poupá-lo para o longo prazo” não teve nenhuma marcação como “concordo totalmente/concordo”, ao passo que a questão relacionada à “vivenciar o presente agora e deixar o futuro se resolver sozinho” teve apenas 25% das marcações como “concordo totalmente/concordo”. Dessa maneira, por meio dessas indagações, é possível perceber que boa parte dos respondentes aceitam correr riscos ao investir, bem como se preocupam com o

seu futuro no que diz respeito às finanças. Além disso, ao relacionar algumas respostas do “Eixo I” com as respostas do “Eixo II”, encontramos alguns dados interessantes.

Primeiro, 75% dos respondentes que assinalaram “concordo/concordo totalmente” sobre “estarem preparados para arriscar parte do dinheiro ao poupar ou fazer algum investimento” também responderam corretamente à pergunta relacionada à inflação no primeiro eixo, bem como assinalaram corretamente as questões sobre juros compostos. Isso pode significar que essas pessoas buscam estar atentas às informações do mercado financeiro, visto que entender o significado de inflação, bem como a sua taxa acumulada ao longo dos anos é importante a fim de realizar investimentos mais conscientes e mais rentáveis, além disso, o conceito de juros compostos é um dos principais no momento de realizar um investimento. Ademais, os entrevistados que tiveram duplo acerto nas questões sobre juros compostos também marcaram que “estão satisfeitos com a vida financeira atual”, e discordaram ao serem indagados sobre “preferir viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho” e “ficarem satisfeitos em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para o longo prazo”. Isso pode significar que esses indivíduos já possuem parte do seu dinheiro aplicado em poupanças ou outros investimentos que gerem rendimentos que complementem a renda atual deles e que possam servir de “plano previdenciário” para o futuro. Contudo, outro dado bastante interessante é o de que algumas pessoas que assinalaram incorretamente as questões sobre juros compostos ainda sim afirmaram “estarem preparadas para arriscar parte do dinheiro ao poupar ou fazer algum investimento”, o que gera uma quebra de expectativa entre as respostas sobre conhecimentos financeiros e sobre as Atitudes. Além disso, boa parte dessas pessoas também afirmaram que “mantêm a sua vida financeira sobre controle”, evidenciado, também, uma quebra de expectativa.

4.2.2. Hábitos de poupar

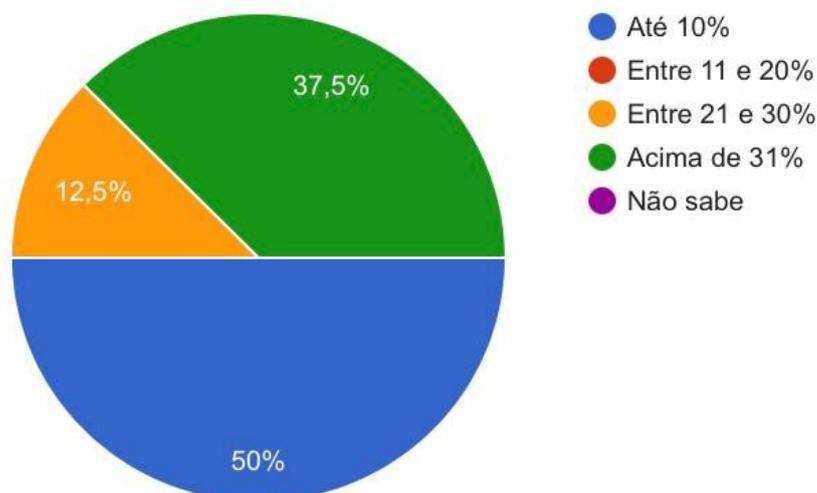
Nessa seção, foram realizadas perguntas com intuito de avaliar se os respondentes possuíam hábitos de poupar parte dos seus rendimentos, bem como relacionar essa temática às Atitudes demonstradas por eles. Ao poupar, o indivíduo acumula parte dos seus recursos financeiros no presente para utilizá-los doravante. Sendo assim, esses recursos podem ser utilizados para diversas situações, entre elas situações inesperadas, tais como dívidas não programadas. (BCB, 2017). Dessa forma, a **Figura 13** abaixo apresenta os resultados coletados.

Figura 13: Poupança dos rendimentos nos últimos 12 meses

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

É possível perceber que 75% dos entrevistados afirmaram que pouparam parte dos seus rendimentos nos últimos doze meses, não obstante 25% deles afirmaram que não pouparam nenhuma parte dos seus rendimentos. Sendo assim, é perceptível que a maior parte deles têm o perfil de indivíduo poupador. Além disso, os 75% que afirmaram poupar parte dos seus rendimentos nos últimos 12 meses também foram os mesmos que assinalaram “discordo/discordo totalmente” ou “nem concordo/nem discordo” ao serem perguntados sobre preferir viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho. Sendo assim, é possível perceber que há uma preocupação desses indivíduos com o seu futuro e que talvez, por esse motivo, haja uma maior preocupação em poupar parte dos rendimentos para serem usados posteriormente. Nesse contexto, também foi indagado a eles qual o percentual da renda foi poupado nesses últimos doze meses, o que pode ser visualizado na **Figura 14** logo abaixo.

Figura 14: Quanto do seu rendimento você poupa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

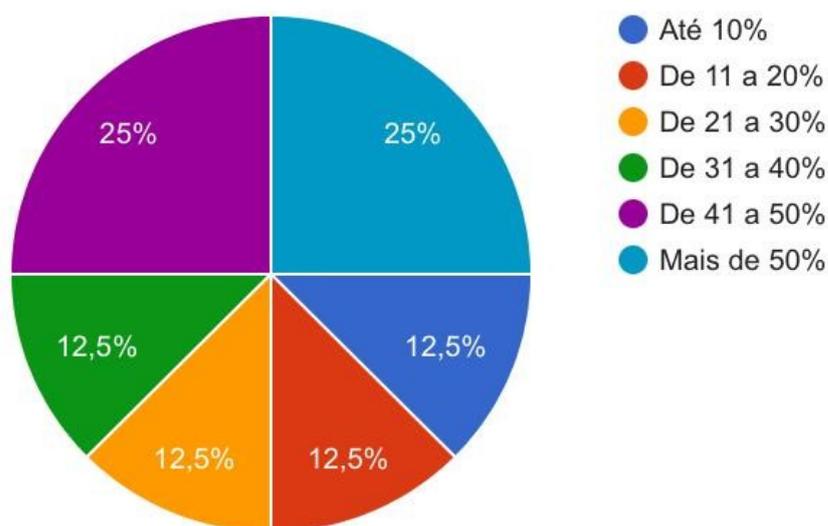
É possível notar que 50% dos respondetes afirmaram poupar acima 21% dos seus rendimentos, sendo que destes, 37,5% afirmaram poupar acima de 31%. Assim, pode-se perceber que boa parte dos entrevistados possuem o hábito de poupar e em percentuais bastante interessantes. Além disso, um resultado interessante é encontrado ao analisar de forma conjunta esse gráfico com as respostas obtidas no tópico sobre Atitudes. Os 37,5% entrevistados que assinalaram poupar acima de 31% dos seus rendimentos marcaram “discordo/discordo totalmente” nas perguntas sobre “eu tenho uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito”. Por outro lado, os 50% que marcaram que pouparam até 10% da sua renda assinalaram “concordo/concordo totalmente” ou “nem concordo/ nem discordo”. Assim, é possível perceber que o perfil do consumidor talvez traga um impacto no momento de poupar parte da renda, visto que comprar de forma imediata e sem pensar muito faz com que o consumidor realize compras menos vantajosas e em condições piores do que quem faz o contrário o que, por conseguinte, afeta a quantidade de recursos financeiros destinados ao pagamento dessas compras. Sendo assim, quanto mais compras em condições menos vantajosas, menor a quantidade de renda que o indivíduo poderá poupar. Outrossim, é o de que as pessoas que se saíram melhor nas questões sobre juros compostos no “Eixo I” também se mantiveram entre aquelas que mais pouparam parte dos seus rendimentos. As pessoas com os maiores percentuais da sua renda poupada também foram aquelas que mais acertaram a questão sobre inflação acumulada e que “concordaram/concordaram totalmente” sobre “estarem preparados para arriscar parte do

dinheiro ao poupar ou fazer algum investimento”. Analisando esses dados em conjunto, pode-se depreender que essas pessoas, por perceberem que o dinheiro vai perdendo a sua capacidade aquisitiva ao longo do tempo, também procuram formas de “blindá-lo” desse efeito, através de investimentos. Essa poderia ser uma das hipóteses utilizadas para justificar esses dados.

4.3. EIXO III – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Por fim, o questionário tratou de questões voltadas ao percentual de endividamento desses indivíduos. Nesse contexto, os entrevistados precisaram responder uma questão sobre o percentual de renda deles que estava empregado em dívidas mensais como: cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, prestações de financiamentos ou outras dívidas similares a estas e se, em algum momento, esse percentual ultrapassou a sua renda mensal e uma questão sobre o intervalo de tempo que essas dívidas iriam durar. Os resultados obtidos estão ilustrados na **Figura 15**.

Figura 15: Percentual de renda empregado em dívidas?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Por meio da **Figura 15** é possível divisar que 87,5% dos entrevistados têm mais de 11% da sua renda comprometida com dívidas, sendo que destes, 25% têm mais de 50% da sua

renda comprometida com dívidas e 12,5% têm entre 31 e 40% da sua renda comprometida com dívidas. Por outro lado, nenhum dos entrevistados assinalou que o percentual de dívidas, em algum momento, ultrapassou a sua renda mensal. Analisando esses resultados em conjunto com as respostas do “Eixo II” e do “Eixo I”, podemos depreender algumas conclusões interessantes. Boa parte das pessoas que acertaram as questões sobre juros compostos e que assinalaram “discordo/discordo totalmente” sobre as Atitudes de “ter tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito”, “ficar mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para o longo prazo” e “eu prefiro viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho” também foram as pessoas com os menores percentuais de dívidas assinalados. Contudo, uma informação que chama a atenção é a de que, uma menor parte das pessoas, mesmo acertando as questões sobre juros compostos e apresentando Atitudes consideradas positivas em relação ao dinheiro, se mantiveram entre aquelas com grande parte dos seus rendimentos empregados em dívidas. Isso demonstra que essas pessoas conhecem a teoria e os conceitos, mas não aplicam esses conceitos de forma prática, o que acaba gerando novamente uma quebra de expectativa entre o que se espera e o que realmente está ocorrendo. Além disso, as pessoas com os maiores percentuais de dívidas também afirmaram que não estão satisfeitas com a sua condição financeira atual. Outrossim, é o de que aquelas pessoas que afirmaram poupar parte da sua renda, sendo esse percentual acima de 21% também foram aquelas pessoas com os menores níveis de endividamento assinalado. Esse fator corrobora com a ideia de que manter uma parte da renda é bastante importante a fim de se precaver contra imprevistos, tais como dívidas inesperadas, por exemplo.

De forma geral, é possível perceber que os indivíduos com maior percentual da renda comprometido com dívidas são os mesmos com Atitudes consumistas negativas e que focam mais no imediatismo do que no longo prazo, mesmo havendo algumas pessoas com Atitudes positivas e bons níveis de conhecimento sobre questões financeiras que possuem uma grande parte da sua renda comprometida com dívidas.

Ademais, os entrevistados também responderam por quanto tempo eles estariam comprometidos com essas dívidas. A **Figura 16** mostra suas respostas.

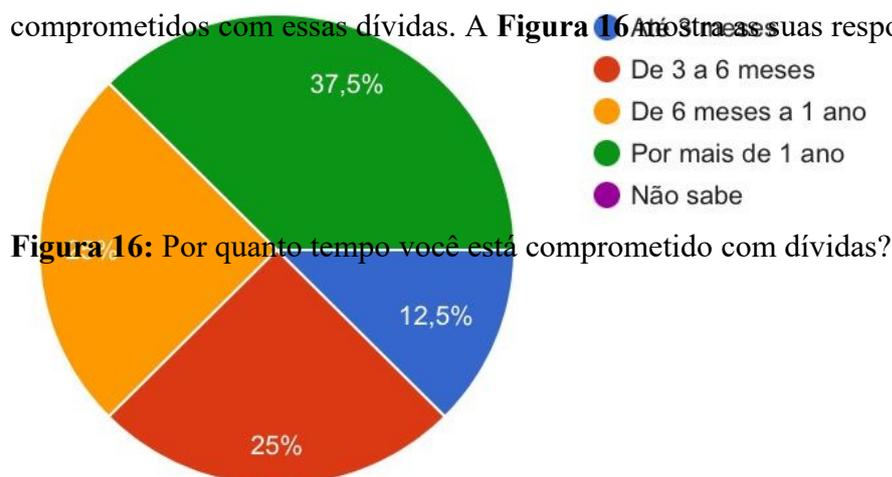


Figura 16: Por quanto tempo você está comprometido com dívidas?

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se, portanto, que apenas 12,5% dos respondentes assinalaram que possuíam dívidas com finalização em até 3 meses. Por outro lado, 37,5% deles afirmaram que possuem dívidas com prazo maior que um ano. Analisando os dois gráficos sobre o percentual de endividamento dos entrevistados, pode-se observar os seguintes resultados. Dos indivíduos que assinalaram possuir dívidas em um horizonte maior do que 1 ano ou entre 6 meses e 1 ano, 50% deles também afirmaram possuir menos de 30% da sua renda comprometida com dívidas, ao passo que somente 20% desses têm um percentual da renda acima de 50% comprometida com dívidas em um horizonte maior que um ano ou entre 1 ano e 6 meses. Dos entrevistados que afirmaram possuir entre 41% e 50% da sua renda comprometida com dívidas, apenas 17% afirmou possuir dívidas em um horizonte maior que um ano. Assim, pode-se perceber que mesmo com boa parte dos entrevistados possuindo dívidas em um horizonte entre 6 meses e 1 ano ou acima de um ano, menos da metade deles possui um percentual acima de 41% da renda comprometido com essas dívidas em um horizonte de tempo mais longo. Em linhas gerais, isso significa que os indivíduos não possuem essas dívidas em percentuais elevados durante horizontes de tempo muito longos.

Tendo como base os resultados ilustrados na **Figura 15** e na **Figura 16**, pode-se, nesse momento, relacionar os estudos propostos por Brusky e Magalhães (2006) e por Claudino *et al* (2009) com esses resultados a fim de compreender quais são os níveis de endividamento desses indivíduos. A **Tabela 02** ilustra esses resultados, já os comparando com os estudos propostos pelos autores supracitados:

Tabela 02: Indicadores de endividamento e % de entrevistados em cada categoria

Categorias	Condições		% de entrevistados
	Relação Dívida/renda	Gastos mensais excedem a renda	
Sem dívidas	Sem dívidas	Nunca	0%
Pouco endividado	Sem dívidas	Às vezes e sempre	0%
	> 0 e $\leq 25\%$	Sempre, às vezes ou nunca	37,5%
	$> 25\%$ e $< 50\%$	Nunca	37,5%
Com risco de sobre-endividamento	$> 25\%$ e $\leq 50\%$	Sempre e às vezes	0%
	$> 50\%$ e $\leq 75\%$	Às vezes e nunca	25,0%
Sobre-endividado	$> 50\%$	Sempre	0%
	$> 75\%$	Sempre, às vezes ou nunca	0%

Fonte: Dados da pesquisa 2022

Dessa forma, é possível perceber que 75% dos entrevistados estão enquadrados na categoria “Pouco endividado”, sendo que o restante deles é categorizado como “Com risco de sobre-endividamento”. Contudo, nenhum deles foi classificado na categoria “Sobre-endividado”. Embora 25% dos entrevistados tenha sido enquadrado na categoria “Com risco de sobre-endividamento”, vale ressaltar que a composição das dívidas de boa parte deles é de um intervalo de tempo menor do que 6 meses, ou seja, um horizonte considerado de curto prazo.

Além disso, a **Tabela 03** abaixo traz as variáveis utilizadas para a realizar o cálculo da correlação de Spearman e endossar ainda mais todos os resultados obtidos até o momento.

Tabela 03: Variáveis - Quantidade de acertos nas questões, Atitudes e o nível de endividamento e endividamento

RESPONDENTE	Nº DE ACERTOS - Q/M	ATITUDES CONSIDERADAS POSITIVAS	NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	ENDIVIDAMENTO
1	1	4	De 41% a 50%	2
2	3	12	Mais de 50%	1
3	1	11	De 41% a 50%	2
4	2	11,5	De 31% a 40%	3
5	4	10	De 21% a 30%	4
6	2	7	Mais de 50%	1
7	4	11,5	De 11% a 20%	5
8	1	7,5	Mais de 50%	1
9	3	6,5	De 31% a 40%	3
10	2	9	De 41% a 50%	2
11	3	10,5	De 21% a 30%	4
12	4	10	De 11% a 20%	5
13	2	2,5	Mais de 50%	1
14	4	12	Até 10%	6
15	2	6,5	De 41% a 50%	2
16	4	9	Até 10%	6
17	4	12	Até 10%	6
18	3	9	De 41% a 50%	2
19	4	8	De 11% a 20%	5
20	1	6	Mais de 50%	1
21	4	12	Até 10%	6
22	1	9	De 41% a 50%	2
23	2	8	De 41% a 50%	2
24	2	6	Mais de 50%	1
25	1	8	De 41% a 50%	2
26	4	10	De 11% a 20%	5
27	4	10,5	Até 10%	6
28	1	5	Mais de 50%	1
29	3	10	De 31% a 40%	3
30	2	5	Mais de 50%	1
31	1	7	De 41% a 50%	2
32	2	5	Mais de 50%	1
33	4	11,5	Até 10%	6
34	2	6	De 41% a 50%	2
35	1	6	Mais de 50%	1
36	1	6	Mais de 50%	1
37	4	10,5	De 11% a 20%	5
38	3	5,5	De 31% a 40%	3
39	4	7	De 21% a 30%	4
40	1	5,5	De 41% a 50%	2
41	3	6	De 21% a 30%	4
42	4	9,5	De 41% a 50%	2
43	1	6	De 31% a 40%	3
44	1	6	Mais de 50%	1
45	2	6	De 31% a 40%	3
46	1	6,5	De 21% a 30%	4
47	1	6,5	De 21% a 30%	4
48	4	9	De 11% a 20%	5

Na **Tabela 03**, a primeira coluna, dos respondentes, representa a ordem de resposta dos entrevistados, a segunda coluna representa a quantidade de acertos de cada entrevistado nas questões sobre matemática financeira (conhecimento), a terceira coluna representa as respostas relacionadas às Atitudes, sendo atribuído 1 (um) ponto para cada atitude considerada positiva e 0,5 (meio) ponto para cada resposta de não concordo/nem discordo, a quarta coluna representa as respostas dos entrevistados sobre o seu atual nível de endividamento e, por fim, a quinta coluna representa a escala, de 1 a 6, que categoriza os níveis de endividamento, sendo o 6 a categoria do melhor nível de endividamento e o 1 a

categoria do pior nível de endividamento. Por meio desses dados, foi possível calcular a Correlação de Spearman e, dessa maneira, descobrir o quanto as variáveis do conhecimento das Atitudes se correlacionavam com o nível de endividamento.

A **Figura 17** apresenta os valores do “p” e “rho” de Spearman. O “p” representa o nível de significância entre as variáveis, ao passo que o “rho” vai mensurar a força dessa correlação. Desse modo, é necessário olhar primeiro para “p” para descobrir se há uma significância entre as variáveis e, caso tenha, olhar para o valor do “rho” e descobrir a força e a direção dessa correlação.

Figura 17: Matrix de Correlação

Correlation Matrix

Correlation Matrix		N° DE ACERTOS - Q/M	ATITUDES CONSIDERADAS POSITIVAS	Endividamento
N° DE ACERTOS - Q/M	Spearman's rho	—		
	p-value	—		
ATITUDES CONSIDERADAS POSITIVAS	Spearman's rho	0.603	—	
	p-value	< .001	—	
Endividamento	Spearman's rho	0.712	0.608	—
	p-value	< .001	< .001	—

Ao analisar a Figura acima, é possível perceber que o “p” apresenta um valor bem abaixo de 0,5, o que representa um nível alto de significância entre as variáveis conhecimento e Endividamento e entre Atitude e Endividamento, sendo de 0,01 para as duas. Feita análise de significância, é possível, nesse momento, observar a força e a direção dessa correlação. Quanto mais próximo o valor estiver de +1 ou – 1, mais forte é a correlação. Além disso, se o valor for positivo, significa que o aumento de uma variável, ocasiona o aumento da outra, ao passo que se for negativo, significa que o aumento de uma variável ocasiona a redução da outra. Sendo assim, é possível observar que o “rho” entre o nível de conhecimento e o nível de endividamento é de 0,712, o que representa uma correlação forte e positiva. De maneira simplificada, significa dizer que quanto maior é o nível de conhecimento, melhor é o nível de endividamento.

Analisando, nesse momento, a força e a direção da correlação entre a Atitude e o nível de endividamento, encontra-se um valor de 0,608. Isso demonstra uma correlação de moderada para forte e positiva. Isso significa dizer que a Atitude exerce uma influência sobre o nível de endividamento, assim como o conhecimento, embora em nível mais moderado.

Outro dado interessante é a relação entre as variáveis, Conhecimento e Atitude, observa-se que o “p” para as duas variáveis foi menor do que 0,5, representando um grau elevado de significância, ao passo que o “rho” foi de 0,603, resultando em um nível de correlação de moderado para forte positivo. Pensando de forma lógica, seria esperado uma correlação mais forte, uma vez que a expectativa para uma pessoa com maior nível de conhecimento seria a de que ela tivesse também Atitudes mais positivas.

5. CONCLUSÕES

Considerando o objetivo proposto por esse trabalho, que é entender como o nível de educação financeira afeta o perfil de endividamento das pessoas, foi possível depreender que: os níveis de conhecimento sobre questões relacionadas as finanças estão aliados com a capacidade dos indivíduos de tomarem decisões mais assertivas e coesas, o que, por conseguinte, afetou a composição das dívidas dessas pessoas.

Através dos dados obtidos por meio do cálculo da correlação de Spearman, foi possível observar que existe uma influência forte entre o nível de conhecimento e o nível de endividamento, ou seja, ao passo que a variável do conhecimento aumenta, o nível de endividamento é melhor. Ademais, também notou-se que a variável atitude também influencia o nível de endividamento, embora de forma mais moderada do que o conhecimento. Uma das justificativas para tal é a de que as respostas que mensuram o nível de conhecimento são mais pragmáticas, ou seja, dependem realmente do quanto as pessoas conhecem do assunto para responder corretamente, ao passo que as atitudes são mais subjetivas, podendo as pessoas responderem da forma como bem entendem, ou seja, mentir para parecer politicamente correto, o que pode ocasionar desvios do que acontece na realidade.

Ao comparar as atitudes dos entrevistados com a suas respostas frente às questões financeiras, foi possível perceber que os indivíduos que tiveram um maior índice de acerto nas questões sobre inflação e juros compostos tiveram uma tendência de se preocupar mais em poupar do que gastar. Além disso, essas pessoas também afirmaram estarem satisfeitas com a sua vida financeira atual, bem como declararam estarem mais propensos a correrem risco nos seus investimentos.

Além disso, os gráficos que representam a porcentagem de indivíduos que pouparam parte da renda nos últimos 12 meses corrobora com tudo o que foi supracitado, visto que os indivíduos que afirmaram poupar parte da renda nos últimos 12 meses também afirmaram possuir atitudes mais positivas frente aos recursos financeiros, tais como: priorizar o futuro e não só o presente, destinar parte dos rendimentos para uma poupança e não comprar alguma coisa de forma impulsiva.

Por meio do estudo proposto por Brusky e Magalhães (2006) e por Claudino *et al* (2009), foi possível enquadrar os entrevistados em categorias de endividamento. Considerando, de forma geral, as respostas obtidas tanto para as questões sobre conhecimentos financeiros quanto as atitudes apresentadas, o resultado de 75% dos entrevistados enquadrados na categoria “pouco-endividado” manteve a expectativa geral esperada em relação às respostas para as perguntas anteriores.

De modo geral, por meio de tudo o que foi discutido, pode-se perceber que existe, de fato, uma relação forte entre o nível de conhecimento sobre questões financeiras e o nível de endividamento, o que corrobora com os estudos e informações apresentados.

Como limitação, o trabalho apresenta uma delimitação na estratificação da amostra, ou seja, há uma quantidade limitada de participantes da pesquisa, o que gera uma não generalização dos resultados.

Para estudos futuros, a sugestão é tentar expandir a quantidade de amostras, a fim de tentar conseguir uma generalização dos dados obtidos, ou seja, tentar se aproximar daquilo que é percebido pela população como um todo. Além disso, também seria interessante separar a amostra em grupos delimitados por Gênero, Etnia, Idade e outros, a fim de fazer um comparativo entre os resultados obtidos em cada um desses grupos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ATKINSON, Adele e MESSY, Flore-Anne. **Assessing financial literacy in 12 countries an OECD Pilot Exercise.** *Journal of Pension Economics and Finance*, vol. 10, issue 4, 657-665, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **ESTUDOS SOBRE PROTEÇÃO E INCLUSÃO.**

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf. Acesso em 13 de jan. 2022.

BECKER, GARY S. **Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis.** *The Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p. 9-49, 1962.

BRAUNSTEIN, Sandra e WELCH, Carolyn. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy.** *Federal Reserve Bulletin*. Nov, 2002.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. **Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in Sao Paulo.** Geneva: International Labour Office Geneva, 2006.

BUNCHAFT, Guenia; KELLNER, Sheilah R.O. **Estatística sem mistérios.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. v.2, 303p.

CAMPBELL, J. Y. **Household Finance.** *The Journal of Finance*, v. 61, n. 4, p. 1553-1604. 2006.

CARNEVALLI, J.A.; MIGUEL, P.A.C. **Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para Realização de um Estudo Tipo Survey sobre a Aplicação do QFD no Brasil.** Abepro. Disponível em:

https://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf. Acesso em 15 de fev. 2022.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: os segredos de quem têm.** São Paulo. Editora Gente, 2003.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R.; CAMPOS, O. V. **Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública.** *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*, [S. l.]. Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em 19 nov. 2021.

CNN BRASIL. **Em 13º entre maiores economias, PIB do Brasil fica abaixo de média global.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-13o-entre-maiores-economias-pib-do-brasil-fica-abaixo-de-media-global/>. Acesso em 08 de out. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **A PANDEMIA PROVOCA AUMENTO NOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO DOS PAÍSES DA REGIÃO E COLCOA EM PERIGO A RECONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E COM IGUALDADE.** Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-endividamento-paises-regiao-coloca-perigo-reconstrucao>. Acesso em 08 out. 2021.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA**. Ensino da Matemática em Debate, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em 18 nov. 2021.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. **Educação financeira e taxa de poupança no Brasil**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.

DE MEDEIROS, G. L. B.; DE MEDEIROS, L. N. P. **Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto à sociedade e a possibilidade de reversão**. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 101408–101417, 2021.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. **Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

FERREIRA, H. C. B.; LIMA, J. P. R. **A INSUTENTÁVEL LEVEZA DO TER: CRÉDITO E CONSUMISMO NO BRASIL**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1 jun. 2014. Disponível em: <http://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/55>. Acesso em 19 nov. 2021.

FUNDACRED. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: O DESAFIO DE ENSINAR SOBRE DINHEIRO NO BRASIL**. Disponível em: <https://www.fundacred.org.br/site/2021/07/27/educacao-financeira-nas-escolas-o-desafio-de-ensinar-sobre-dinheiro-no-brasil/>. Acesso em 08 out. de 2021

G1 GLOBO. **ENDIVIDAMENTO CHEGA A RECORDE DE 71,4% DOS BRASILEIROS, SEGUNDO A CNC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/05/endividamento-chega-a-recorde-de-714percent-dos-brasileiros-segundo-a-cnc.ghtml>. Acesso em 08 out. de 2021.

G1 GLOBO. **Lei do Superendividamento: saiba o que muda na vida do consumidor**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/07/lei-do-superendividamento-saiba-o-que-muda-na-vida-do-consumidor.ghtml>. Acesso em 13 de mai. de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Carlos Thadeu de Freitas. **O endividamento e os temores da inflação alta**. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/recuperacao-robustado-comercio-e-menos-negacionismo-duplicate-1/379905>. Acesso em 01 de Jan. de 2022.

HECKMAN, Stuart J.; GRABLE, Jhon E. **Testisting the Role of Parental Debt Attitudes, Student Income, Dependency Status and Financial Knowledge have in Shapping Financial Self-Efficacy Among College Students**. College Student Journal, V. 45, n. 1, p 51-64. 2011.

JUNIOR, L. J.; SILVA, S. S.; MOREIRA, T. V. **Os efeitos do empréstimo consignado para o servidor público municipal de Maringá. Faculdade Cidade Verde (FCV). UNICV.**

Disponível em:

https://unicv.edu.br/admin/assets/repositorio_arquivo/37153cc089a7c8c4076339aeb74dbd48.pdf. Acesso em 19 nov. 2021.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**. 46. Ed. Editora Elsevier, 2000, p. 187.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. **Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores**. Revista de Administração, v. 50, n. 2, p. 169-182, 2015.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antonio Guimarães; SANTOS, Sérgio Cipriano. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. Seminário em Administração, v. 9, 2006.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MENEGHETTI, Antonio. **Jovens e a Realidade Cotidiana**. Recanto Maestro (RS): Ontopsicológica, 2017.

METTE, F. M. B.; MATOS, C. A. DE. **Uma Análise Bibliométrica dos Estudos em Educação Financeira no Brasil e no Mundo**. Revista Interdisciplinar de Marketing, v. 5, n. 1, p. 46-63, 15 mar. 2016.

Money Times. **O que acha da educação financeira como exigência nos currículos do ensino básico?** Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/o-que-acha-da-educacao-financeira-como-exigencia-nos-curriculos-do-ensino-basico/>. Acesso em 13 de mai. de 2022.

PARAISO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva. **O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras**. Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2019.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro. Como fazer dinheiro e desfrutar dele**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PORTAL O DIA. **INSS está perto da falência**. Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-06-28/inss-esta-perto-da-falencia.html>.

Acesso em 01 de jan. de 2022.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. DE A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração pública, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **Investment in human capital**. The American Economic Review 51, no. 1: 1-17, 1961.

SERASA. **MAPA DA INADIMPLÊNCIA E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO BRASIL**. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil>>. Acesso em 08 out. de 2021.

SILVA, A. C.; SOUZA, I. C.; BUENO, M. P.; ALMEIDA, A. L.; SILVA, R. H. **QUALIDADE DE VIDA E ENDIVIDAMENTO**. Desafio Online, Campo Grande, v.8, n.2, mai./ago. 2020

SILVA, Guilherme de Oliveira; SILVA, Antônio Carlos Magalhães; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa; DESIDERATI, Michele do Carmo; NEVES, Myrian Beatriz Eiras das. **Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 3, set/dez, 2017. p. 279-298.

SILVA, J. T. D. L.; SOUZA, D. A.; FAJAN, F. D. **Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 12, p. 1–15, 2015.

SLOMP, J. Z. F. **Endividamento e Consumo**. Revista das Relações de Consumo. Caxias do Sul, p.109-131, 2008.

TEIXEIRA, J. **UM ESTUDO DIGANÓSTICO SOBRE A PERCPEÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E MATEMÁTICA FINANCEIRA**. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

THEODORO, FLAVIO ROBERTO FACIOLLA. **O USO DA MATEMÁTICA PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL**. Educação Financeira. Disponível em:<<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-uso-da-matematica-para-a-educacao-financeira-a-partir-do-ensino-fundamental.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2022.

VIEIRA, E. G. F.; KILIMNIK, Z. M.; SANTOS NETO, S. P. **Qualidade de Vida e Endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional**. REUNA, Belo Horizonte - MG, Brasil, v.21, n.2, p.23-62,Abr. – Jun. 2016.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná**. Revista de Administração, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

ANEXO I – (adaptado BCB, 2017)

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Eixo 1 - Nível de conhecimento das questões financeiras

1. Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre finanças?

Muito bom	
Bom	
Mediano	
Fraco	
Muito fraco	
Não sabe	

2. Vou ler uma série de frases e gostaria que você me dissesse se considera cada uma delas como verdadeira ou falsa?

	Verdadeiro	Falso
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco		
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.		
Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).		
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.		
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.		
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.		

3. Imagine um capital de R\$ 500 aplicado ao longo de 3 meses, a uma taxa de 3% ao mês, a juros compostos. Ao final de três meses, o capital inicial representará um valor de?

R\$ 546,36 aproximadamente	
R\$ 547,3 aproximadamente	
R\$ 548,4 aproximadamente	
Não sabe	

4. Suponhamos que você coloque R\$ 1.000 em uma poupança que rende 5% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final de dois anos, levando em consideração um rendimento composto dos juros?

R\$ 1100,5	
R\$ 1102,5	
R\$ 1100,00	
Não sabe	

5. E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período e considerando que a taxa permaneceu constante ao longo desses anos.

Mais que R\$ 1270	
Exatamente R\$ 1270	
Menos que R\$ 1270	
Não sei	

6. Imagine que uma pessoa tenha recebido R\$ 1.000 e que tenha guardado o dinheiro no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 10% ao ano, após um ano ele será capaz de comprar:

Mais do que compraria hoje	
Menos do que compraria hoje	
A mesma quantidade do que compraria hoje	
Não sabe	

7. No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2021 em qual patamar?

0%	
Entre 1 e 3%	
Entre 4 e 7%	
Entre 8 e 11%	
Não sabe	

Eixo 2 – Tomada de decisão financeira

1. Atualmente você mora:

Sozinho	
Com um companheiro(a)/cônjuge	
Com filhos menores de dezoito anos, seus ou de seus parceiros	
Com filhos maiores de dezoito anos, seus ou de seus parceiros	
Com seus pais ou sogros	
Com outros parentes	
Com amigos ou colegas	
Em algum outro tipo de residência/grupo	

2. Quem é responsável pelas decisões financeiras na sua casa?

Você	
Você e seu cônjuge/companheiro	
Você e outro membro da família	
Seu companheiro/cônjuge	
Pai ou mãe	
Outra pessoa	

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para longo prazo.					
Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista					
De modo geral, eu me sinto capaz de administrar sozinho as minhas finanças pessoais.					
Eu tenho uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito.					
Eu pago as minhas contas em dia.					
Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.					
Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família (ex. cônjuge, irmãos, pais, filhos).					

Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.					
Eu prefiro viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho					
Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um investimento.					
Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.					
Estou satisfeito com minha situação financeira atual.					

3. Nos últimos 12 meses, você tem poupado alguma parte dos seus rendimentos?

Sim	
Não	
Não sabe	

4. Geralmente, quanto do seu rendimento, você poupa em percentual?

Até 10%	
---------	--

Entre 11 e 20%	
Entre 21 e 30%	
Acima de 31%	
Não sabe	

5. Se surgisse uma despesa alta inesperada hoje, que fosse equivalente a todo o seu rendimento mensal, você teria condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado ou sem a ajuda de amigos ou da família?

Sim	
Não	
Não sabe	

6. Considerando o total da sua renda mensal, você saberia me dizer, aproximadamente, qual o percentual desta renda está comprometido com dívidas mensais, como cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, prestações de financiamentos ou outras dívidas similares a estas?

Até 10%	
De 11 a 20%	
De 21 a 30%	
De 31 a 40%	
De 41 a 50%	
Mais de 50%	

7. O percentual de dívidas que você possui, em algum momento, chegou a ultrapassar a sua renda mensal?

Sempre	
Nunca	
Às vezes	
Não sei	

8. Até quando você está comprometido com estas dívidas?

Até 3 meses	
De 3 a 6 meses	
De 6 meses a 1 ano	
Por mais de 1 ano	
Não sabe	